

CIES e-WORKING PAPER N.º 84/2009

**Representações dos estudantes universitários
face ao papel do Estado: a questão da transição
para a vida activa**

SÉRGIO ESTEVINHA

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Sérgio Estevinha é licenciado em *Sociologia* e mestre em *Sociologia da Família, Educação e Políticas Sociais* pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Actualmente está a frequentar um mestrado em *Economia e Políticas Públicas*. É assistente de investigação no CIES, ISCTE-IUL, onde está a participar numa pesquisa nas áreas da Sociologia da Educação e do Emprego. E-mail: sergio.estevinha@iscte.pt

Resumo

Este trabalho aborda as representações dos estudantes universitários face ao papel do Estado e, mais concretamente, à forma como este deve apoiar o processo de transição dos jovens para a vida activa. Procura-se perceber se as representações dos universitários tendem a aproximar-se do espírito do modelo de Estado social-democrata, continental ou liberal, e de que modo essas representações diferem em função de variáveis como o sexo, a classe social, a natureza do ensino que frequentam ou as atitudes face à política. De forma a enquadrar a pesquisa, é analisada a lógica geral de funcionamento do Estado-Providência e as características específicas que este assume em diversas regiões da Europa. Essas características permitem aludir a determinadas configurações do modelo social europeu, as quais, embora gerem um enorme debate, se podem traduzir nos modelos supracitados.

Este estudo tem lugar numa época em que os jovens se confrontam com a precarização das relações e dos vínculos laborais, que redundam numa menor segurança laboral, fazendo com que os projectos de vida se tornem mais difíceis de organizar.

Palavras-chave: Estado-Providência, transição para a vida activa, estudantes universitários, representações sociais.

Abstract

This work deals with the representations of university students about the role of the State and, more specifically, how the State should support the transition process of young people to working life. It tries to understand if the representations of university students are closer to the spirit of the social-democratic, continental or liberal models, and the way those representations differ in function of variables as sex, social class, types of education or political attitudes. In order to frame the research, the general logic of operation of the Welfare State and the specific characteristics assumed in various regions of Europe are analyzed. Those characteristics allow allude to certain configurations of the European social model, which, although generate a huge debate, can translate the referred models. This study takes place at a time in which young people are faced with the precariousness of work relationships and bonds, which leads to less job security, causing that the projects of life become more difficult to organize.

Key-words: Welfare State; transition to working life; university students; social representations.

Introdução

Este trabalho tem por objectivo tentar compreender qual o papel que os estudantes universitários de Lisboa atribuem ao Estado no que alude às funções sociais que este deve assumir perante os cidadãos, de um modo geral e abstracto e, sobretudo, num nível de análise mais específico, centrado na questão da transição dos jovens para a vida activa. Esta é uma questão a que a população universitária tende a ser particularmente sensível, pois encontra-se numa fase da vida tendencialmente próxima da entrada no mercado de trabalho e está socialmente disseminada a ideia segundo a qual a posse de um diploma de ensino superior não corresponde à garantia de uma transição necessariamente bem sucedida para o mercado de emprego, ao invés do que sucedia no passado.

No entanto, a população universitária não é homogénea e, portanto, não bastará realizar uma análise acerca das representações que o conjunto dos estudantes que fazem parte da amostra possui relativamente ao papel do Estado e às políticas sociais. O objectivo desta investigação foi tentar compreender as suas representações em função não só de um conjunto de características sociodemográficas mas também das suas atitudes face à política. Assim, o papel atribuído ao Estado foi analisado em função de variáveis como o sexo, a classe social do agregado familiar, a natureza do ensino que frequentam (público *versus* privado), o posicionamento ideológico, etc.

Após a delimitação do objecto de estudo optou-se por uma estratégia metodológica de carácter quantitativo, procedendo-se à aplicação de um inquérito por questionário em diversas faculdades de Lisboa. A lógica que presidiu à construção do inquérito consistiu em encontrar indicadores que fossem paradigmáticos, nos domínios analisados, de diferentes modelos e orientações do modelo social europeu.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico

1.1. O Estado-Providência na Europa

O Estado-Providência caracteriza-se por um conjunto de traços que são comuns nos vários países da União Europeia como, por exemplo, o facto de se constituírem como Estados de direito, com democracias parlamentares.¹ Ao debater o conceito de Estado-Providência nas sociedades contemporâneas, Juan Mozzicafreddo afirma que a dimensão estrutural que o constitui, “... assenta, por um lado, num conjunto de normas que implicitamente estabelecem um modelo contratual de acção e, por outro lado, na consolidação da institucionalização das funções de regulação, na área social, económica e política...” (Mozzicafreddo, 1994, p. 28). No fundo, visa-se conciliar o subsistema económico com o subsistema social, sendo a sustentação deste processo assente em pactos sociais que promovem a regulação das negociações entre os representantes dos interesses económicos e sociais. Desta forma, tenta-se assegurar a melhor coexistência possível entre o mercado capitalista e as várias políticas públicas, nomeadamente as políticas sociais.

Apesar de o habitualmente designado modelo social europeu apresentar este rol de características comuns, não podemos falar, no entanto, de um modelo social europeu unificado. Existem diferentes configurações do Estado-Providência. Essas configurações estão associadas a diferentes famílias de organização económica (Hall e Soskine, 2001).

Gosta Esping-Andersen publicou, em 1990, *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Nesta obra, o autor baseou-se na trilogia Estado-mercado-família para explicar o papel de cada uma destas instituições na distribuição de recursos. A este respeito, pode chamar-se a atenção para o seguinte facto: determinados bens e serviços que antes se adquiriam no mercado passam, a dada altura, a ser assegurados aos indivíduos pelo Estado (é o caso, em certos países, do acesso a determinados níveis do sistema de educação). Nestes casos, verifica-se a passagem para um sistema desmercadorizado. De forma totalmente oposta, a mercadorização implica que tem melhores serviços quem tem maior poder económico. O processo de intervenção do Estado assenta, assim, num princípio que visa garantir redistribuição e maiores níveis de igualdade. Esping-Andersen refere ainda que onde a

¹ Se nos referirmos ao caso específico do modelo social europeu, constatamos que este modelo assenta também numa lógica que visa promover o bem-estar das populações, tentando assegurar o pleno emprego e uma maior equidade no que concerne à distribuição dos recursos (Pereirinha, 1999).

protecção social está essencialmente entregue à família, o Estado intervém apenas como substituto, a compensar falhas do papel que é atribuído àquela.

Tendo por base esta trilogia, o autor postula a existência dos modelos social-democrata (centrado no Estado), liberal (mercado), conservador (família). Mas esta tipologia nunca foi consensual e desde que foi proposta que se tem gerado um amplo debate em seu redor. A este propósito Manuela Arcanjo refere: “The debate since the publication of the ‘three worlds’ has involved two essential questions: what is the number of ideal types of welfare state? Is it three, four or more? Furthermore, which countries should be incorporated into which type? Throughout the 1990s, various typologies were presented...” (Arcanjo, 2006).

Com efeito, depois de Esping-Andersen ter proposto este modelo teórico para designar, de forma aproximada, as diferentes configurações do modelo social europeu, outros autores se dedicaram a criticar, reconstruir ou desenvolver modelos teóricos com idêntico objectivo. Entre esses autores podemos aludir ao exemplo de Ferrera que, em 1996, construiu uma nova tipologia. Uma das principais diferenças relativas ao modelo de Esping-Andersen é a existência de quatro (e não três) submodelos: o submodelo escandinavo (que é também conhecido por modelo social-democrata), o submodelo anglo-saxónico (liberal), o submodelo continental e o submodelo do Sul (Ferrera *et al.*, 2000). Com base no trabalho de Ferrera realizar-se-á, então, uma breve caracterização destes modelos.

1.2. Caracterização das diferentes configurações do modelo social europeu

O modelo social-democrata é característico dos países escandinavos. A Suécia e a Dinamarca são dois bons exemplos deste modelo, que se destaca pelos elevados níveis de emprego. O Estado investe fortemente na formação do mercado de trabalho. As despesas com a educação são as mais elevadas da Europa, mas estas políticas são encaradas como fundamentais no âmbito da economia da actualidade, que assenta no conhecimento intensivo. Ao mesmo tempo são desenvolvidas medidas activas de emprego, ou seja, os programas da segurança social têm sido reformados, de forma a desenvolver incentivos para os seus beneficiários, de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um posto de trabalho. Este modelo destaca-se também pela excelente qualidade dos serviços públicos e sistemas de protecção, existindo garantias mínimas de rendimento de grande importância no combate à pobreza e à exclusão. A par disso, este modelo é aquele que absorve mais

impostos. O seu custo é elevado, mas os serviços prestados pelo Estado, para além de serem de grande qualidade, são também disponibilizados a todos os cidadãos (benefícios universais).

O modelo de tendência liberal é característico, essencialmente, do Reino Unido (e, em menor grau, da Irlanda). Caracteriza-se, também, por elevados níveis de emprego. Mas aqui há que salientar o facto de existirem muitas pessoas que, apesar de trabalharem, não superam os níveis de pobreza, porque está a aumentar o número de trabalhadores que auferem salários muito baixos e por se estar na presença de um Estado mínimo. A cobertura da protecção social não é completamente universal. Ferrera refere que “... os cidadãos inactivos e os que possuem emprego mas auferem quantias abaixo de um determinado patamar não têm acesso aos benefícios do sistema de segurança social nacional” (Ferrera *et al.*, 2000, p. 42). Esses benefícios, para além de estarem disponíveis apenas para alguns, são muito mais modestos relativamente aos dos países escandinavos. Este modelo permite manter o nível de tributação bastante baixo e possibilita que não existam problemas significativos no que respeita ao financiamento do Estado-Providência. Contudo, em consequência de os níveis de protecção social serem baixos, tem-se assistido ao elevado grau de exclusão social, que se constitui como um fenómeno bastante presente e alargado. No fundo, basta pensar que a lógica de funcionamento do mercado é uma lógica geradora de desigualdades porque apenas o Estado tem capacidade de distribuir de forma alargada. À escala mundial, os EUA são o exemplo mais claro deste tipo de modelo e pode dizer-se que o Reino Unido se tem vindo a aproximar deste paradigma, ainda que até aos anos 70 se encontrasse mais próximo do modelo social-democrata.

Relativamente ao modelo continental podem apresentar-se, como exemplos paradigmáticos, países como a França e a Alemanha. Neste caso, ainda que os mercados de trabalho sejam fortemente regulados e a protecção social seja forte, os níveis de emprego são baixos e não têm vindo a melhorar. Em função desta realidade, uma grande fatia da população com menores recursos tem vindo a desenvolver uma grande dependência relativamente aos esquemas de protecção social, nomeadamente aos subsídios. Há que realçar que a cobertura da protecção social é muito inclusiva, embora não seja uniforme, como na Escandinávia. Os direitos sociais e o cálculo dos benefícios estão muito ligados à categoria socioprofissional e até à situação familiar de cada indivíduo. O certo é que as prestações pecuniárias são, na generalidade, muito generosas, expressando-se em benefícios de longa duração e tendo uma “... natureza essencialmente ‘passiva’ ou compensatória” (Ferrera *et al.*, 2000, p. 49). Esta situação de dependência tem vindo a criar, obviamente, graves problemas de financiamento do Estado. A carga fiscal mantém-se, por isso, elevada.

Refira-se que essa elevada carga fiscal, juntamente com o facto de a legislação laboral ser fortemente protectora dos trabalhadores, dificulta a expansão do emprego tanto no sector público como no privado.

Por fim, existe o chamado modelo do Sul que, segundo Ferrera, não é mais que uma versão pobre do modelo continental, e que serve para designar o tipo de Estado-Providência mais próximo de países como a Itália, Grécia, Espanha e Portugal. Com efeito, se compararmos estes países com os do modelo continental verificamos uma grande assimetria entre os chamados *insiders* (indivíduos incluídos no mercado de emprego) e *outsiders* (indivíduos que se encontram excluídos do mercado de emprego). Enquanto os primeiros beneficiam de uma protecção social alargada, os segundos debatem-se com a ausência de sistemas de protecção (saliente-se que Portugal constitui uma excepção a esta realidade porque o sistema de segurança social universal desenvolveu-se tardiamente e é uma rede de segurança relativamente incipiente). O acesso a serviços sociais é altamente deficitário. Muitas vezes esses serviços nem sequer se encontram disponíveis no mercado. Neste modelo há uma forte presença da família na prestação de serviços, pois encontramos, nestes países, uma sociedade civil fortemente assistencialista. A este propósito, também Esping-Andersen referiu que uma característica que define muito bem os sistemas de bem-estar social dos países do Sul é “... o seu forte familiarismo, ou seja, a ideia de que as famílias têm a maior quota-parte da responsabilidade pelo bem-estar social dos seus membros, quer em termos de partilha dos rendimentos quer em termos da necessidade da prestação de cuidados” (Esping-Andersen, 2000, p. 83). Mas obviamente a família só redistribui capital entre os seus membros, não tem capacidade de realizar uma redistribuição alargada. Ferrera diz que a família funciona nestes países como uma segurança social, o que não acontece nos países europeus mais a norte, onde aquela não se constitui enquanto rede de ajuda (Ferrera *et al.*, 2000).

Portugal possui características próprias que o afastam um pouco do modelo predominante nos países do Sul. De facto, Portugal distancia-se deste modelo porque apresenta melhores indicadores no que toca ao índice de participação feminina no mercado de trabalho. Destaca-se ainda por ser um país “... infraqualificado, com elevadas taxas de emprego barato...” (Capucha, 2005, p. 233), o que significa que a generalidade da mão-de-obra possui qualificações muito modestas, e a economia mantém-se competitiva em função dos baixos custos do processo produtivo, nomeadamente dos baixos salários.

1.3. Os novos desafios do Estado-Providência

Nenhum dos diferentes submodelos que aqui foram descritos está hoje isento de pressões. Essas pressões são de naturezas distintas. A este respeito, André Sapir profere a seguinte afirmação: “... Europe cannot and should not have a strategy for reforming national labour market and social policies. It is up to each national government to devise its own strategy” (Sapir, 2006).

A globalização e o poder das multinacionais, com a ameaça das realocações, exercem uma influência não desprezível sobre as políticas nacionais, que tem levado, nomeadamente, à desregulamentação do mercado laboral. Assim, os novos sistemas de emprego revestem-se de dinâmicas de flexibilização, desregulação e individualização das condições de trabalho que estão em permanente crescimento. Proliferam formas de emprego como o trabalho a tempo parcial, o trabalho temporário, a prestação de serviços, etc., com níveis de protecção social que são muito reduzidos ou que, em muitos casos, nem sequer existem. Além dos vínculos precários, tende também a emergir a “cultura do dia de trabalho prolongado”, na medida em que a flexibilidade significa geralmente um aumento das horas de trabalho. E são precisamente “os jovens, ao fazerem a sua primeira entrada no mercado de trabalho... um dos grupos sociais que mais sofre com estas transformações...” (Guerreiro, Pegado *et al.*, 2006, p. 19). Esta precarização das relações e dos vínculos laborais traduz-se numa menor segurança laboral, fazendo com que os projectos de vida se tornem, assim, mais difíceis de organizar. Há que ter em conta que, “... ao tornar os empregos menos seguros, e ao tornar determinadas qualificações e trabalhadores redundantes, estes desenvolvimentos estão a criar uma maior dependência no subsídio de desemprego, nos apoios públicos à formação e educação e num vasto leque de medidas do Estado-Providência” (Ferrera *et al.*, 2000, p. 15). Na sequência destes constrangimentos aumenta, para a maioria dos jovens, a dificuldade em dar passos tão importantes como comprar ou alugar uma habitação, casar e ter filhos.

Ao mesmo tempo, os efeitos das constantes inovações tecnológicas (que também se tornaram causa e consequência do aumento da concorrência internacional) têm colocado, igualmente, novas preocupações e novos desafios aos Estados-Providência. Isto porque a inovação tecnológica faz despoletar a procura de uma mão-de-obra bem qualificada, o que produz consequências não negligenciáveis sobre os trabalhadores menos qualificados, embora constitua também novas oportunidades para outros.

1.3.1. A questão da transição para a vida adulta

Estas transformações, que têm vindo a ocorrer na sociedade em geral e no mercado de trabalho em particular, têm provocado, ao longo das últimas décadas, a erosão do modelo tradicional de transição dos jovens para a vida adulta. Este modelo tradicional é caracterizado pela sucessão de três fases bem distintas: o trajecto escolar; a entrada no mercado de trabalho; o casamento e saída de casa dos pais. Ora, estas três fases, não só tendem actualmente a ser adiadas, como deixam de corresponder a três períodos claros e delimitados do processo de transição. Actualmente emergem novos modelos de transição não-lineares, centrados na imprevisibilidade.

No fundo, aquilo que se verifica, hoje em dia, é o facto de a extensão das oportunidades de educação e de formação estar a contribuir para que os jovens adiem a sua entrada no mercado de trabalho, visando aumentar as suas qualificações. Além disso, numa época em que a circulação de informação e de pessoas está a crescer e a vulgarizar-se, muitos jovens preferem adiar as obrigações que resultam da vida familiar, aproveitando primeiro para “viver a vida”, realizando viagens, saídas à noite, etc. E 75% dos jovens permanecem em casa dos pais até ao momento de constituir família, o que é feito cada vez mais tarde. Segundo os Censos de 2001, os solteiros representam mais de três quartos dos jovens com menos de 30 anos. Muitos autores sublinham, no entanto, que este prolongamento da juventude deriva, acima de tudo, da contracção das oportunidades no mercado de trabalho, em que se sucedem os empregos precários e provisórios, intercalados com fases de desemprego e momentos de formação.²

Ao longo dos últimos anos, tem-se assistido, de facto, a uma crise do mercado de emprego, nomeadamente na faixa etária dos jovens. Segundo dados do Inquérito ao Emprego, referentes ao 2.º trimestre de 2009, a taxa de desemprego no país situava-se nos 9,1%, mas subia para os 10,8% entre os activos com idades entre os 25 e os 34 anos, e atingia os 18,7% no escalão dos 15 aos 24 anos. Esta situação não ocorre apenas em Portugal, é transversal a toda a Europa. No entanto Portugal faz parte do grupo de países que apresentam as maiores discrepâncias entre a taxa de actividade dos jovens e a da população em idade activa. A aposta na escolaridade tem sido uma forma de tentar obviar a esta situação. E Portugal assistiu, de

² José Machado Pais fala, a este propósito, de “trajectórias yô-yô”. Os jovens não conseguem garantir situações de estabilidade profissional, o que os leva a adiar os encargos inerentes a uma vida independente.

facto, nos anos 90, a um crescimento acentuado do ensino superior e à duplicação da taxa de licenciados (11%, segundo os Censos de 2001).

É preciso ter, contudo, em atenção que o “diploma universitário”, não é garantia de trajectos profissionais seguros. A realidade é que “... as oportunidades, a realização e o sucesso caracterizam apenas parte dos percursos universitários em Portugal” (Guerreiro e Abrantes, 2004, p. 62). Para muitos jovens, tal percurso constituiu-se, infelizmente, como uma desilusão, em função da impossibilidade de obter um emprego na sua área de formação. Se é verdade que a posse de uma licenciatura em determinadas áreas de estudo e em certas faculdades se constitui como uma importante mais-valia no sentido de assegurar boas oportunidades no mercado de trabalho e trajectos profissionais seguros, outros cursos existem que poucas oportunidades têm proporcionado aos jovens. Na sociedade portuguesa assiste-se ao emergir de um novo grupo que são os “licenciados no desemprego”. Mas, ao mesmo tempo, os dados estatísticos fazem-nos constatar que existe em Portugal um claro défice de quadros médios e superiores em comparação com os restantes países da União Europeia. A grande questão reside no facto de o nosso tecido empresarial ser pouco permeável à contratação de elementos mais qualificados e à mudança organizacional, preferindo empregar trabalhadores de baixo custo. É necessário que haja, portanto, uma maior sensibilização das empresas e instituições públicas para as vantagens da qualificação dos seus recursos humanos e, também, uma maior adequação das ofertas de formação à realidade do mercado de trabalho. Ainda assim, “... a taxa de emprego dos jovens é genericamente mais alta quanto maior for o nível de qualificação” (Guerreiro, Pegado *et al.*, 2005, p. 41).

De um modo geral, para os jovens mais qualificados a integração no mercado de trabalho vai sendo feita de forma progressiva, sendo que as primeiras experiências de trabalho precário vão conduzindo, através da construção de um currículo, à obtenção posterior de empregos efectivos. Importa referir, no entanto, que para muitos outros jovens, sobretudo para os menos qualificados, as inserções precárias e temporárias, intercaladas com períodos de desinserção profissional, vão-se arrastar durante muitos anos (Guerreiro e Abrantes, 2004).

De qualquer forma, pode dizer-se que os períodos de desemprego dos jovens são, normalmente, de curta duração, não sendo sequer, muitas das vezes, declarados e contabilizados oficialmente. Porém, também o desemprego de longa duração entre os jovens

parece estar a aumentar. Esta bolsa de desempregados permite aos patrões um enorme poder para impor as condições de trabalho que lhes sejam mais convenientes ao nível das remunerações, horários, funções, etc. (Guerreiro e Abrantes, 2004).

No seguimento de tudo o que foi referido acerca das dificuldades crescentes com que os jovens se confrontam no que toca à integração na esfera laboral, importa chamar a atenção para o facto de estas resultarem também, e em larga medida, da desadequação que se observa em termos de articulação entre a escola e o mercado de trabalho, o que “... tem constituído, definitivamente, uma das maiores lacunas das políticas educativas e do emprego” (Guerreiro, Pegado *et al.*, 2005, p. 233).

Capítulo 2 – Contextualização

2.1. Os jovens em Portugal – uma realidade heterogénea

Quando falamos de juventude estamos a referir-nos a uma condição social que apresenta inúmeras diferenciações no seu seio. Só terá lógica entender a juventude enquanto “unidade”, se estivermos a falar de uma dada fase da vida porque, na verdade, a juventude é uma categoria socialmente heterogénea e diversificada. E isto sucede, em grande parte, por os jovens serem sujeitos a processos de socialização também muito diferentes entre si. Logo, a partir das suas diferentes inserções objectivas, eles irão estruturar as suas atitudes e práticas, tornando possível encontrar vários perfis sociais de jovens. Um excelente exemplo que ilustra bem esta diferenciação é o processo de transição para a vida activa. Neste ponto, podem-se começar a salientar diferenças existentes entre os jovens com atributos sociais distintos. Assim sendo, é importante começar por destacar que os que pertencem a classes sociais inferiores se sentem pressionados a obter trabalho numa idade mais precoce, enquanto a maioria dos seus homólogos das classes mais favorecidas apenas se preocupam em estudar até bem mais tarde. E muitos destes jovens, apesar de não abandonarem os estudos, vêem-se obrigados a tentar conciliá-los com formas atípicas de emprego. Daí que uma das principais categorias sociais a trabalhar a tempo parcial em Portugal sejam os trabalhadores-estudantes. Obviamente que nem todos os trabalhadores-estudantes serão provenientes de famílias com escassez de recursos económicos e que a opção de conciliar a escola e o trabalho pode ter a ver com os mais variados projectos de vida e valores familiares. No entanto, para uma larga franja, esta é a única forma de custear pelo menos uma parte das suas despesas, de forma a tornarem-se autónomos relativamente às famílias de origem, as quais não terão capacidade económica para fazer face a todos os custos com os estudos e outras despesas de consumo dos seus descendentes.

São também os jovens provenientes de classes com menor capital económico que, após se encontrarem já inseridos no mercado de trabalho, mais se preocupam com uma possível situação de desemprego, já que não podem contar com o apoio financeiro das suas famílias. Só os que provêm das classes com maior poder económico (e são esses que, normalmente, possuem qualificações superiores) podem esperar com relativa tranquilidade até que encontrem um emprego que corresponda às suas aspirações. Pode, portanto, verificar-se

como razões de índole económica se constituem, à partida, como factores estruturantes das trajectórias juvenis, condicionando as práticas e atitudes dos jovens.

Mas também as razões culturais são fundamentais na influência que exercem em termos de transição para a vida activa. Há certas categorias sociais que desvalorizam as vantagens que a formação escolar potencia ou que consideram que a partir de uma determinada idade o jovem deve começar a trabalhar, justamente por, no seu meio, isso ser valorizado socialmente. De igual modo, o capital escolar dos pais exerce uma influência elevada na determinação da formação escolar que os filhos virão a atingir. Ainda que a esmagadora maioria dos jovens portugueses obtenha um nível de habilitações escolares superior à dos seus pais, normalmente os patamares atingidos pelos primeiros variam de forma proporcionalmente directa à dos segundos.

As razões apontadas ajudam-nos a compreender melhor a existência de perfis de juventude diferenciados e a heterogeneidade de atitudes e práticas que podem caracterizar o percurso dos jovens (para o que aqui nos interessa, em termos de entrada no mercado de trabalho) em função do seu processo de socialização. No fundo, tal como afirma José Machado Pais, “... não são apenas processos externos aos indivíduos (mercado de trabalho e estruturas de oportunidade, acontecimentos históricos colectivos, etc.) que determinam as suas trajectórias sociais (individuais e familiares), mas também processos internos respeitantes não apenas aos indivíduos como ainda às próprias famílias” (Pais, 1991b, p. 962). E é bastante plausível pensar que estes diferentes percursos, delineados em função da pertença a meios sociais diferenciados, possam vir também a influenciar as atitudes dos jovens face ao papel do Estado e às políticas de transição para a vida activa. Essa é uma questão que a presente investigação visa ajudar a compreender.

Outra questão muito importante e que não pode deixar de ser tida em conta é o facto de a inserção profissional das mulheres ser bem mais problemática relativamente à dos homens, denotando uma vulnerabilidade maior face ao emprego e à precariedade. Assim, se somarmos ao facto de ser jovem o facto de ser mulher, teremos de admitir as inquestionáveis dificuldades sentidas pelas jovens na altura de enfrentarem o mercado de trabalho. Não causa, por isso, qualquer admiração que sejam elas a permanecer no sistema de ensino durante mais tempo, visando aumentar o seu nível de habilitações, de forma a garantirem um maior equilíbrio competitivo com os seus pares masculinos, no mundo do trabalho. São também

estratégias de emancipação feminina, visto que ao desenvolverem uma carreira profissional estão a dar um passo no sentido de adquirirem maior autonomia e liberdade.

No seguimento daquilo que tem vindo a ser dito acerca da juventude portuguesa da contemporaneidade e da diversidade que a caracteriza, há uma questão que acaba por emergir: perante formas tão diversas de viver e encarar o processo de transição para a vida activa, será possível encetar uma política unificada de combate ao desemprego e precariedade juvenil? Essa é uma questão que a presente pesquisa poderá ajudar a clarificar, através da análise das representações e atitudes que os estudantes universitários possuem relativamente àquilo que devem ser as funções sociais do Estado, bem como as soluções políticas mais adequadas à resolução destes problemas.

2.2. Porquê os estudantes universitários?

No âmbito da presente investigação, decidiu-se que o universo de estudo seria constituído somente por estudantes universitários, mais especificamente por estudantes que se encontrem a realizar o último ano das respectivas licenciaturas e mestrados em universidades da cidade de Lisboa. Esta escolha, obviamente, não foi feita por acaso. É inquestionavelmente verdade que poderia ser muito interessante inquirir indivíduos de outra qualquer categoria, que não a de estudantes universitários, acerca de questões relativas ao papel do Estado e à forma como as políticas podem intervir no processo de transição dos jovens para a vida activa. Seria até muito interessante fazê-lo junto de uma amostra representativa da população portuguesa, cujas opiniões a este respeito seriam indiscutivelmente importantes. Mas não passa por aqui o objectivo desta análise.

Porquê, então, os estudantes universitários? No fundo, esta opção foi tomada por mais do que um motivo. Em primeiro lugar, por se ter pensado na relevância que os estudantes universitários virão, certamente a ter, durante as próximas décadas, na sociedade portuguesa.³ Efectivamente, a pertinência deste estudo advirá, em grande parte, do facto de a população

³ Além da importância que resulta do elevado capital escolar e cultural que transmite, verifica-se que a importância crescente do ensino superior também se manifesta através da evolução crescente do número de novos diplomados em cada ano. Segundo dados do GPEARI, no ano lectivo de 1995/96 registaram-se 39 216 novos diplomados. Esse número tem vindo a crescer continuamente, sendo que, em 2006/07, foram 83 276 os estudantes terminaram um grau do ensino superior.

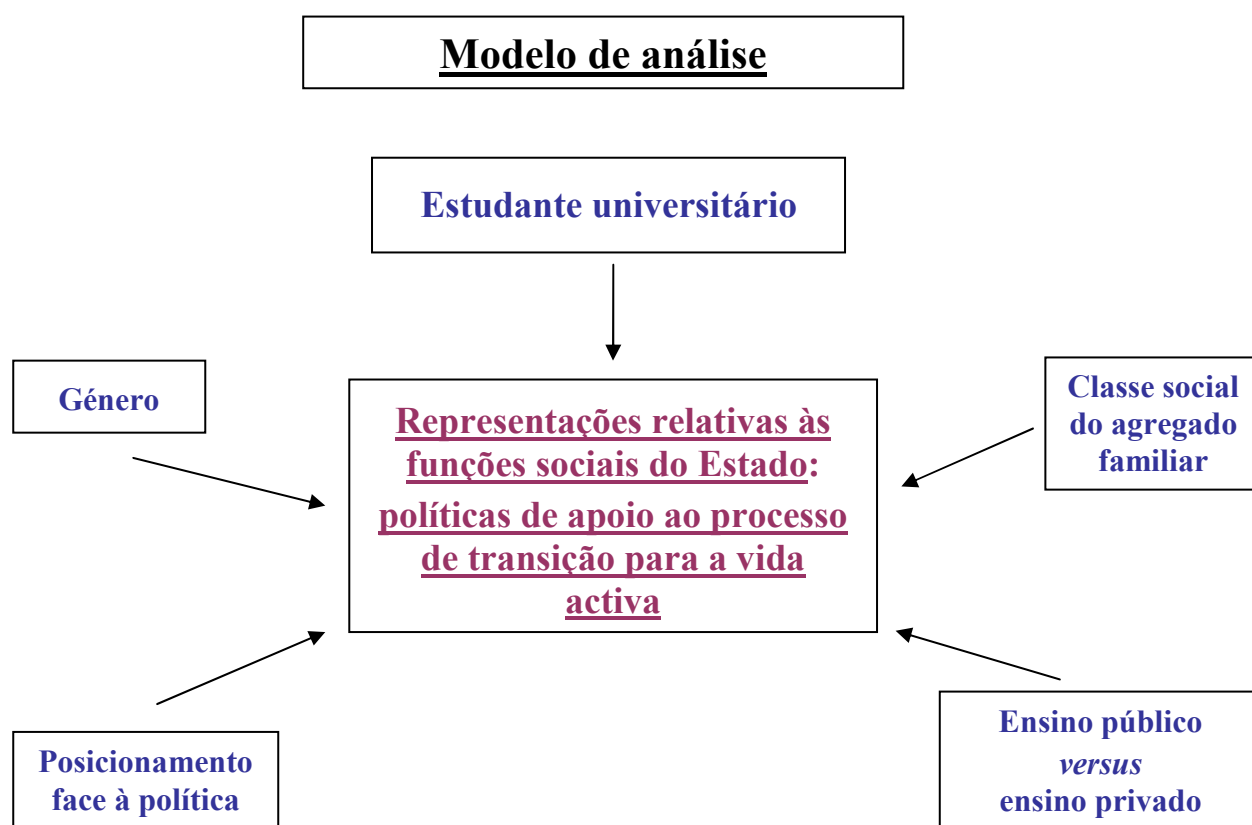
universitária se constituir como um “... sector social que deverá ter uma influência social e cultural importante na sociedade portuguesa no futuro próximo...” (Casanova, 2003a, p. 89).

De facto, os indivíduos com cursos superiores desempenham, regra geral, as profissões mais qualificadas. Por isso, frequentemente, estão também mais ligados e mais próximos dos chamados “centros de decisão”. São eles que ocupam a grande maioria dos cargos políticos e que desempenham posições de direcção e chefia dentro das empresas e em organismos estatais. Além disso, é expectável que venham a ter uma participação e relevância nos meios de comunicação social superiores ao que se verifica para a população em geral. Nesta medida, ao termos uma ideia das representações e atitudes de que os estudantes são portadores face às funções sociais do Estado, estaremos certamente a tentar compreender quais os comportamentos que esta geração universitária de Lisboa poderá adquirir no futuro. Os estudantes universitários possuem um interesse sociológico muito próprio, na medida em que se constituem, nos dias de hoje, como “... um segmento da população particularmente decisivo pelo seu protagonismo social – quer enquanto jovens estudantes, quer nos seus destinos sociais potenciais – e pelo facto de neles se revelarem muitas das dinâmicas de mudança social e cultural mais importantes da actualidade” (Machado *et al.*, 2003, p. 47).

Mas convém frisar que não se trata de fazer uma pesquisa acerca de representações e atitudes no âmbito de uma esfera unicamente ideológica e política, mas também ao nível, muito mais concreto, das políticas de apoio ao processo de transição dos jovens para a vida activa. A questão que mais especificamente irá aqui ser abordada relaciona-se com o processo de transição dos jovens para a vida activa. Assim, esta é mais uma excelente razão para se ter decidido abordar a jovem população universitária. Isto porque são aqueles – precisamente por serem jovens – que se encontram directamente afectados por este problema. Além disso, entre os jovens, são os universitários quem mais tende a adiar a entrada no mercado de trabalho, em resultado, precisamente, de decidirem prolongar os seus estudos e aumentar as suas qualificações. Assim, houve também a preocupação de se escolherem estudantes do último ano de licenciatura ou que se encontrem a frequentar mestrado, pois acreditamos que serão estes os alunos que estarão já mais preocupados com a transição do sistema de ensino para o mundo do trabalho, pelo facto de esta se avizinhar para breve.

2.3. Construção do modelo teórico

No seguimento da questão de partida que aqui se apresenta como fundamental, surgem outras questões consideradas importantes e que se pretendem analisar. Quer-se com isto dizer que a população universitária, à semelhança da juventude portuguesa tomada no seu todo, não é homogénea e, portanto, não bastará realizar uma análise acerca das representações que o conjunto dos estudantes possui relativamente ao papel social do Estado em geral e à questão das políticas de apoio à transição para a vida activa em particular. Assim, o objectivo desta pesquisa é tentar compreender as representações dos estudantes em função de um conjunto de características sociodemográficas: o género, a classe social do agregado familiar, o posicionamento face à política, o facto de frequentarem o ensino público ou o ensino privado, etc. No seguimento do que acabou de ser referido, chegou-se à elaboração do seguinte modelo de análise, o qual servirá de suporte à presente investigação.



De acordo com os objectivos propostos para este trabalho, constituíram-se algumas hipóteses de análise, as quais irão ser testadas ao longo de toda a pesquisa. As hipóteses são, então, as que se apresentam em seguida:

Hipótese 1 – Os estudantes finalistas de licenciatura ou que estão a realizar mestrado, por se encontrarem numa fase do seu ciclo de vida em que estão muitas vezes prestes a iniciar um trajecto de transição para a vida activa (ou a dar passos já no seu decurso), terão tendência a preferir uma concepção do Estado que tenha intervenção e proporcione apoio activo neste domínio.

Este pressuposto explica-se então pelo facto de o modelo social-democrata, e em certa parte o modelo continental, se caracterizarem pelo investimento que o Estado realiza na formação do mercado de trabalho e pela existência de sistemas de protecção relativamente generosos.

Hipótese 2 – Iremos igualmente testar a hipótese de existir uma relação entre o género e as representações e atitudes dos jovens estudantes acerca das funções sociais do Estado. Formula-se esta relação sob a perspectiva de serem as mulheres quem mais adere ao modelo social-democrata. Na prática, mesmo exercendo uma profissão, as mulheres tendem a realizar a esmagadora parte do trabalho doméstico não pago (Torres *et al.*, 2005). Há uma situação de profunda assimetria neste domínio, já que elas são quem se ocupa, de uma forma geral, com as tarefas relativas à casa e ao cuidado com as crianças e idosos. Deve salientar-se que as políticas de conciliação entre as esferas familiar e profissional, que se traduzem na existência de redes universais e gratuitas de creches, infantários, etc., são típicas dos países com modelos sociais-democratas. O modelo continental também tem políticas que visam promover esta conciliação, mas assentam sobretudo na diferenciação de género (licenças de maternidade prolongadas, incentivos ao trabalho feminino em *part-time*, etc.), e o modelo liberal não é inclusivo.

Hipótese 3 – No que concerne à classe social do respectivo agregado familiar, parte-se da hipótese de os indivíduos provenientes de famílias com posições favorecidas na estrutura de classes tenderem a afastar-se mais do modelo social-democrata, ao passo que os estudantes cuja condição social do agregado é menos favorecida optam por este.

Hipótese 4 – Parte-se do pressuposto de que os estudantes que frequentam o ensino superior privado tendem a preferir mais o modelo liberal quando comparados com aqueles que estudam no ensino público. Este pressuposto baseia-se no facto de os estudantes do ensino privado, precisamente por estarem numa instituição privada, tenderem a

incorporar a lógica do mercado privado e a desvalorizar a actuação do Estado, neste como noutros campos.

Hipótese 5 – Julga-se que os indivíduos que se posicionam à esquerda do espectro político tenderão a apoiar mais o modelo social-democrata de Estado-Providência (porque preocupações de natureza social e de redução das desigualdades se associam predominantemente à esquerda). Põe-se igualmente a hipótese de os estudantes que afirmam sentir maiores afinidades com a direita política darem preferência aos modelos continental e liberal (sendo o primeiro de tipo diferenciador quanto aos apoios sociais que proporciona e não sendo o segundo intervencionista na esfera social).

Partindo destas hipóteses tentar-se-ão compreender as representações dos estudantes acerca das funções sociais do Estado, colocando sempre o principal enfoque nas políticas de apoio ao processo de transição para a vida activa.

Mas, antes de mais, convém esclarecer o significado deste conceito-chave com o qual se irá trabalhar: *representações* face ao papel do Estado. No caso concreto deste trabalho, as representações face ao Estado poderão assumir um pendor *social-democrata*, *liberal* ou *continental*. Serge Moscovici, um dos autores que desenvolveu a teoria das representações sociais, afirma que estas são *corpus* organizados de conhecimentos e uma das actividades psíquicas que permitem ao ser humano tornar a realidade física e social inteligível. Este autor considera que a representação social compreende um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, constituindo um instrumento de orientação da percepção e de elaboração das respostas (Moscovici, 1976).

Também se irão medir as *atitudes e práticas* dos estudantes face à política. Convém esclarecer estes dois conceitos. As atitudes são predisposições que o indivíduo possui para reagir preferencialmente face a uma dada situação, com base numa avaliação que faz dessa mesma situação. São relativamente estáveis e duradouras. Já, as práticas (medidas aqui unicamente através do indicador “costuma votar?”) estão ligadas a formas de fazer, a competências, a actividades regulares e convencionais.

Estes conceitos-chave irão, nas várias dimensões em que são abordados, unir-se à verificação através de diversos indicadores. São estes que permitem a continuidade entre a construção de conceitos e a observação, ao indicarem as informações a obter e as perguntas a

colocar. O quadro de operacionalização de conceitos (no qual se podem analisar mais aprofundadamente todos os conceitos, dimensões, indicadores e perguntas do questionário) pode ser consultado em anexo.

2.4. Procedimentos metodológicos

O objectivo desta investigação consistiu, como referi, em realizar um levantamento de informações, entre os estudantes universitários da cidade de Lisboa, com o intuito de verificar quais as representações que estes possuem acerca do papel do Estado.

De forma a dar conta desta realidade, delineou-se uma estratégia metodológica que se traduziu numa pesquisa de carácter quantitativo e que redundou na elaboração e aplicação de um inquérito por questionário em várias faculdades da cidade de Lisboa. A opção por este tipo de estratégia foi produzir informação estatística através da qual se pudesse verificar, recorrendo a um universo relativamente alargado, a validade das hipóteses construídas na primeira fase. O intuito que esteve na origem da escolha desta metodologia relacionou-se com a possibilidade de realizar uma aproximação exploratória às representações dos universitários de Lisboa.

A amostra construída não é, pois, representativa. Para que isso acontecesse, as unidades que a constituem, em princípio, teriam de ter sido escolhidas “... por um processo tal que todos os membros da população tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra” (Ghiglione e Matalon, 2001, p. 30), de forma a que esta pudesse apresentar características idênticas às da população.

O tipo de amostragem com que se resolveu trabalhar designa-se “amostragem no local” e é bastante utilizada quando o interesse do investigador incide numa população para a qual não há acesso a uma base de sondagem. Neste caso, essa base de sondagem existe mas não seria viável que todas as universidades (ou uma entidade ministerial) nos disponibilizasse uma listagem com o nome dos alunos matriculados e ainda mais difícil seria convocar os alunos sorteados aleatoriamente para responder ao inquérito. Assim, optou-se por utilizar uma amostragem não probabilística, intencional, realizada no local.⁴ Obviamente, este método

⁴ A opção pela amostragem no local também está relacionada com o tipo de população que se pretende estudar – população universitária – pois as instituições de ensino superior funcionam como o espaço físico onde é mais fácil encontrar estes estudantes.

provoca enviesamentos porque, dependendo das faculdades que se visitam, dos locais onde se procuram os estudantes no interior dessas faculdades (cantina, pátio, biblioteca, etc.), ou do momento do dia em que se aplicam os questionários, tenderemos a encontrar determinados estudantes em detrimento de outros.

Não havendo, como referi, a possibilidade de alcançar a representatividade da amostra, esta pesquisa tem um carácter eminentemente exploratório, em que o intuito é explorar as representações que os estudantes têm acerca do papel do Estado, procurando estabelecer relações entre esses conceitos e características, quer sociodemográficas quer de posicionamento ideológico, preferências partidárias, etc. Essa análise permite-nos uma aproximação à realidade em questão e deixa algumas pistas que poderão vir a ser úteis a futuros estudos que se venham a realizar, e no âmbito dos quais se poderá vir a recorrer a amostras mais alargadas ou mesmo representativas.

Ainda assim, foram tomadas algumas precauções, de modo a que se pudesse obter uma amostra aceitável e que garantisse abrangência do ponto de vista teórico. Para isso visitou-se um leque alargado de faculdades (foram inquiridos 218 alunos, de 13 instituições de ensino distintas, tanto do ensino público como do privado, e de 55 cursos diferentes). Procurou-se variar a hora do dia em que se aplicavam os questionários (há que ter em conta, a título de exemplo, que se este trabalho de campo nunca se tivesse efectuado depois das 18h mais dificilmente contaríamos com a presença de trabalhadores-estudantes na amostra), bem como diversificar os próprios espaços físicos de aplicação dos questionários. Houve também a preocupação de não tornar o questionário muito extenso, de modo a que pudesse ser preenchido num período relativamente curto (em média os questionários foram preenchidos em 10 a 15 minutos). Este cuidado resultou da tentativa de minimizar as taxas de recusa em responder e um possível enviesamento das respostas que poderia acontecer caso alguns estudantes, perante um questionário muito longo, não tivessem muito tempo ou paciência para o ler com a atenção necessária. Resta acrescentar que houve também uma reflexão acerca do modo como deveriam ser colocadas as questões, tentando adaptá-las ao capital verbal da população-alvo (apesar de ser uma população com elevadas qualificações, o estudo versa sobre assuntos em que muitos estudantes universitários não pensarão diariamente). Assim, tentou-se simplificar a linguagem, de modo a evitar interpretações erradas.

Capítulo 3 – Análise dos resultados

3.1. Perfil social e político-ideológico da amostra

A amostra sobre a qual esta pesquisa incide é constituída por 218 estudantes, os quais se distribuem por 55 cursos das mais variadas áreas de estudo (quer sejam licenciaturas ou mestrados), leccionados em 13 diferentes instituições de ensino superior da região da Grande Lisboa. Entre os inquiridos foi possível concluir que a maioria (75,2%) está a frequentar a licenciatura, ao passo que 23,4% afirmaram estar a realizar mestrado.

Os estudantes abordados têm idades compreendidas entre os 20 e os 42 anos de idade, constatando-se uma idade média de 24 anos. Há uma ligeira maioria de estudantes do sexo feminino na amostra (cerca de 53%), o que aliás vem ao encontro dos dados que revelam existir um maior número de mulheres a frequentar o ensino superior em Portugal. A percentagem daqueles que se declaram trabalhadores-estudantes é minoritária (35,5%) e quase todos são solteiros (87,6%).

No que concerne ao perfil social da amostra restará acrescentar que a maioria dos estudantes que a compõem encontram-se a estudar em estabelecimentos de ensino público (70,2%) e provêm das classes sociais mais favorecidas na hierarquia de classes (para o efeito foi utilizada a tipologia ACM),⁵ ou seja, cerca de 65% pertencem a agregados familiares classificados como EDL (28%) ou PTE (37,2%), o que vem corroborar a teoria de que os grupos domésticos de origem se configuram “... enquanto contextos de mobilização de recursos partilhados e de processos de socialização construídos em comum...” (Machado *et al.*, 2003, p. 53), e que a desigualdade na distribuição de recursos aos níveis económico, escolar, cultural ou relacional contribui significativamente para o aumento ou diminuição da probabilidade de ingresso no ensino superior.⁶

No que respeita às atitudes e práticas face à política, começou por se perguntar aos estudantes qual o partido de que se sentiam mais próximos. E chega-se à conclusão que grande parte destes estudantes não possui uma clara identificação com qualquer partido. A

⁵ Para aprofundar, ver Machado *et al.* (2003).

⁶ Dados recentes continuam a confirmar que existe um certo padrão de recrutamento por classe (consultar Martins, Mauritti e Costa, 2005).

resposta “nenhum” foi, com efeito, a opção mais vezes assinalada (35,3% desta população). Este indicador revela bem a elevada falta de identificação partidária que se regista na população universitária.⁷ Continuando com a análise, foi possível constatar que a seguir à opção “nenhum” surgem os dois partidos que desde o 25 de Abril têm alternado no governo, tendo o PS⁸ um ligeiro ascendente (22%) sobre o PSD (20,2%). Como terceira força política mais importante surge o Bloco de Esquerda (11,5%), o que, atendendo à população que se está a estudar, só vem confirmar o facto de ser um partido que possui um eleitorado jovem, urbano e fortemente escolarizado. Segundo Carlos Jalali, “... o sucesso do Bloco de Esquerda nestes eleitorados tem sido interpretado como resultado de uma certa postura pós-materialista” (Jalali, 2003, p. 561). Quanto ao PP e à CDU, os restantes partidos com assento parlamentar, recolhem menor simpatia junto dos universitários de Lisboa, apresentando valores muito modestos (3,7% e 2,8%, respectivamente).⁹

Em seguida, os estudantes foram indagados acerca da regularidade com que costumam votar. A maioria (63,8%) vota sempre ou quase sempre, ao mesmo tempo que uma proporção muito significativa desta população (26,6%) admitiu nunca ou quase nunca votar. E 9,9% afirmaram votar “às vezes”. Estes dados vêm demonstrar o desinteresse de grande parte dos universitários face à política.¹⁰

Casimiro Balsa afirma que este desinteresse é, em grande parte, explicado pelo próprio contexto político, ou seja, é resultado da ausência de debate ideológico e do crescente pragmatismo das acções políticas, que cada vez mais tomam o lugar das lutas ideológicas que se verificavam nos anos subsequentes ao 25 de Abril de 1974. Segundo este autor “... quando a crença em projectos ideológicos cedeu lugar à decepção e o confronto ideológico cedeu

⁷ Este fenómeno foi já abordado por Manuel Villaverde Cabral, autor que defende que esta “... desidentificação partidária de muitos jovens não reflecte apenas a sua alegada despolitização, mas também, e sobretudo, uma certa inadequação da actual oferta político-partidária às aspirações e problemas de uma boa parte da juventude” (Cabral e Pais, 1998, p. 363).

⁸ Na altura em que este inquérito foi realizado, era o PS que estava no governo.

⁹ Devido ao facto de termos um número bastante escasso de estudantes que referiram identificar-se com a CDU (6 casos) e com o MRPP (apenas 1) optou-se por agregá-los numa grande categoria, juntando-os aos universitários que se afirmaram próximos do Bloco de Esquerda. Acredita-se que esta categoria é perfeitamente válida para o efeito pretendido, uma vez que estes são três partidos que se colocam no espaço ideológico mais à esquerda. Esta categoria agrupa 14,7% da população universitária de Lisboa.

¹⁰ A constatação de que existe um nível elevado de desinteresse pela participação política não se esgota na abstenção eleitoral. Este é somente um entre vários indicadores que têm sido utilizados na verificação desta realidade.

lugar ao pragmatismo da acção política, os jovens desinteressaram-se do debate político” (Balsa *et al.*, 2001, p. 147).¹¹

A propósito do posicionamento ideológico¹² chegou-se à conclusão que a maioria dos estudantes tende a colocar-se ao centro, com um ascendente do centro-direita (30,3%) sobre o centro-esquerda (28,4%) que acaba por ser irrelevante. Constatou-se também que é bem menor o número daqueles que fogem ao centro e se colocam num espaço mais conotável com a direita (16,1%) ou a esquerda (15,6%). O posicionamento médio dos indivíduos na escala é 6. Estes valores aferidos junto da população universitária de Lisboa vão ao encontro do que se regista em termos de eleitorado global, onde se verifica a existência de uma tendência claramente centrista. Este posicionamento ideológico ao centro acaba por ser “... coerente com o esbatimento da dicotomia esquerda/direita enquanto eixo orientador da discussão política” (Balsa *et al.*, 2001, p. 173).¹³

3.2. Análise geral dos resultados da pesquisa

Começar-se-á aqui por descrever as representações que os estudantes têm acerca do papel do Estado, nas várias dimensões abordadas.

Abordemos, em primeiro lugar, a resposta relativa à Organização Geral do Modelo Social do Estado. Na primeira questão era pedido aos inquiridos que escolhessem a resposta que consideravam ideal entre três possíveis (as quais procuram construir aproximações a

¹¹ Por outro lado, não deve deixar de se referir que os estudantes do ensino superior são, apesar de tudo, politicamente mais participativos quando comparados com a média da população juvenil. Esta realidade resulta naturalmente das características que os indivíduos que alcançam este nível de ensino possuem tendencialmente (origens socioeconómicas mais favorecidas, capital escolar familiar elevado), a par da acumulação de capital cultural que a frequência universitária proporciona, de possíveis participações associativas, etc. (Balsa *et al.*, 2001).

¹² Utilizou-se uma escala de 1 a 10, de forma a medir o posicionamento político-ideológico dos indivíduos, na qual 1 representa o valor mais à esquerda e 10 o valor mais à direita. Posteriormente essa escala foi recodificada, de forma a considerar que eram de esquerda os estudantes que assinalavam valores entre 1 e 3, de centro-esquerda os que optavam pelos algarismos 4 ou 5, de centro-direita quem se decidia pelo 6 ou 7 e, finalmente, os algarismos de 8 a 10 correspondiam à direita.

¹³ De qualquer forma, tendo em conta que a temática deste estudo são as representações dos indivíduos relativamente às funções sociais do Estado, deve aqui salientar-se que as atitudes face aos temas políticos não são a única variável que influencia o posicionamento dos indivíduos na escala esquerda-direita. Segundo André Freire, um estudo recente baseado no World Values Survey 1990 e no European Values Study 1999, permitiu perceber que em países como Portugal e Espanha, “... o posicionamento na escala esquerda-direita funciona mais como uma identificação partidária...” (Freire e Lobo, 2003, p. 504).

modelos-tipo de organização do Estado). Esta questão permitiu verificar que a maioria dos estudantes prefere um modelo social-democrata, em que o Estado proporciona sistemas de protecção social de elevada qualidade a toda a população e garante um rendimento mínimo a quem dele necessita. 63,8% dos estudantes escolheram esta opção, sendo que apenas 3,2% optaram pelas características de um Estado cuja organização assenta em princípios liberais, que promovem um Estado proporcionador de benefícios sociais modestos e entregues apenas à população activa, com intuito de encorajar a autonomia individual e o bom desempenho de cada um no mercado de emprego.

1) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal

Opções de resposta	Percentagem de respostas
O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população, bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.	63,8%
A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.	32,6%
O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para esta, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.	3,2%
Não respondeu	0,5%
Total	100,0%

Após a escolha do modelo de Estado que consideravam ideal, os estudantes tiveram de se pronunciar acerca do pagamento de impostos, outro vector fundamental da relação dos cidadãos com a organização do Estado. Os dados são, neste ponto, curiosos. É que, apesar de defenderem a existência de uma protecção social forte e universal, para financiar as despesas que este modelo comporta, apenas 10,1% dos estudantes consideraram importante pagar elevados impostos (prática que vigora nos países de tradição social-democrata). Este é precisamente o dilema que se coloca nos países com modelos sociais-democrata.¹⁴ A resposta

¹⁴ No entanto, o facto de considerarem que a carga fiscal não deve ser demasiado elevada pode significar a rejeição de ver diminuir os seus próprios orçamentos, mas também o receio do abrandamento que esse fenómeno poderia provocar na actividade económica em geral.

da maioria passa por uma solução aproximada da prática dos países continentais, considerando que é importante pagar impostos, embora estes não devam ser demasiado elevados (74,8% escolheram esta opção).

Procurou-se também entender quais as representações dos estudantes no que toca ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa. Esta dimensão refere-se aos jovens em geral. Constatou-se que a maioria dos estudantes, de entre três indicadores, escolheu a opção associada ao modelo continental (53,2%), ainda que a diferença para o modelo social-democrata não tenha sido esmagadora (44,5%). Percebe-se que, para a maioria, o Estado não deve apoiar os jovens de forma tendencialmente igualitária (como postula o modelo social-democrata). Quanto a uma opção mais liberal (a qual defenderia que o Estado deve auxiliar apenas os jovens que vivam em condições graves de pobreza e exclusão social), volta a apresentar uma frequência residual, tendo sido escolhida por menos de 2% dos estudantes.

2) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...

Opções de resposta	Percentagem de respostas
Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam.	44,5%
Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país.	53,2%
Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas.	1,8%
Não respondeu	0,5%
Total	100,0%

De seguida, os estudantes depararam-se com uma lista de nove mecanismos que o Estado pode utilizar para prestar apoio ao referido processo de transição. De entre estes nove mecanismos os indivíduos tiveram de escolher três, sendo que para cada um dos modelos de Estado existem três mecanismos que servem tendencialmente como seus indicadores. Neste ponto há que aludir ao facto de hoje em dia não existirem modelos estanques e, por isso, o mesmo mecanismo poder revelar-se ajustado a qualquer um dos modelos. Estes mecanismos constituem apenas uma tentativa de aproximação à lógica que subjaz a cada modelo.

E é curioso verificar que, ao contrário da resposta anterior, em que é residual a percentagem daqueles que escolheram a opção que ilustra tendencialmente o modelo liberal, seja agora um mecanismo de pendor liberal aquele que foi escolhido o maior número de vezes. Esse mecanismo passa por estimular sobretudo a ligação das universidades às empresas, de modo a melhorar o desempenho das pessoas no mercado de trabalho, a capacidade de resposta às necessidades das empresas e a competitividade da economia. Foi escolhido por 68,8% dos estudantes. No entanto, e apesar de um certo espírito liberal que lhe está subjacente (precisamente por propor que haja, acima de tudo, uma preocupação de dar resposta às necessidades do tecido empresarial em termos de recursos humanos, de modo a estimular o crescimento económico), a verdade é que este mecanismo se constitui como uma solução técnica que pode efectivamente aumentar a empregabilidade dos jovens e que ideologicamente não contraria de forma alguma o espírito de nenhum dos outros dois modelos.

Em segundo lugar, referido por 48,6% dos estudantes, surge um mecanismo característico do modelo continental (mas que também existe no modelo social-democrata), ou seja, o reforço dos mecanismos de apoio para jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, de modo a apoiar aqueles que têm dificuldades na inserção no mercado de trabalho. A opção por este mecanismo configura-se como uma solução que visa a redistribuição de recursos, em que o auxílio se focaliza mais naqueles que têm maiores dificuldades.

Em terceiro lugar surge a opção que menciona a atribuição de estímulos ao empreendedorismo e à criação do seu próprio emprego, mecanismo que se aproxima do modelo liberal (escolhido por 34,9% dos estudantes).

Por contraponto, ao analisar as opções menos escolhidas, pôde-se verificar que uma se destaca claramente: a criação de licenças familiares mais prolongadas e o apoio ao trabalho a tempo parcial para estimular que um dos jovens cônjuges tenha mais disponibilidade para se dedicar à esfera familiar. Este mecanismo é um indicador do modelo continental e foi citado por apenas 11,9% dos inquiridos, o que parece natural, visto que na sociedade portuguesa não há tradição de trabalho a tempo parcial. Além disso, esta solução tenderá a ser encarada como possuindo um carácter conservador, uma vez que em Portugal há já algumas décadas que a mulher, tal como o homem, trabalha a tempo inteiro fora de casa. Além disso, o facto de os respondentes ao questionário serem estudantes universitários deixa antever que a realização

de uma carreira profissional é um objectivo importante, sendo previsível que considerem que esta não se poderá desenvolver a tempo parcial.

As respostas a esta questão fazem crer, como de certo modo era expectável, que para os estudantes universitários, muito mais importante que a protecção social é a obtenção de um emprego. Ao contrário dos resultados de questões anteriores, as respostas parece que se fundamentaram, neste caso, numa atitude muito mais pragmática do que propriamente ideológica, o que não será de estranhar, visto que se trata de mecanismos concretos de apoio. Deste modo, não parece possível falar aqui de uma preferência clara por determinado modelo, apesar de ser necessário chamar a atenção para o valor que nesta dimensão a população universitária atribui a propostas com um pendor orientado para o mundo do emprego.

O financiamento do ensino superior constitui-se como outra dimensão utilizada para aferir as representações dos estudantes face ao papel do Estado. Uma vez mais os inquiridos foram confrontados com uma bateria de três indicadores de entre os quais teriam de escolher um. E a maioria escolheu a opção característica do modelo continental. Com efeito, 58,7% dos estudantes consideraram que o Estado deve realizar investimentos, de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e/ou das respectivas famílias. E volta a constatar-se a fraca aprovação que as políticas liberais colhem junto dos estudantes. Apenas 3,7% desta população considerou que o financiamento do ensino superior não deve pertencer ao Estado mas sim aos estudantes e respectivas famílias.

No que se reporta ao Combate ao Desemprego, foi pedido aos estudantes que exprimissem o seu grau de concordância face a três afirmações caracterizadoras de cada um dos modelos em análise. E desta feita foi possível perceber que 93,1% dos universitários “concordam” ou “concordam totalmente” com o desenvolvimento de “medidas activas de emprego”, em que a segurança social atribui incentivos aos seus beneficiários, de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um posto de trabalho. Esta opção social-democrata foi, desta vez, a que maior concordância suscitou, ainda que a solução mais aproximada do modelo continental (que postula que o Estado deve, acima de tudo, legislar de forma a assegurar que os trabalhadores têm forte segurança e protecção no seu emprego, para evitar a perda de postos de trabalho, devendo também assegurar a protecção nos casos em que isso acontece) tenha sido aprovada por 83% dos estudantes (os quais responderam “concordo plenamente” e ou “concordo”). A diferença encontrada terá a ver com a lógica mais

assistencialista deste segundo modelo, que postula como mais importante a existência de uma legislação e uma protecção social que defendam fortemente os trabalhadores. Assim, e ainda que esta proposta agrade à maior parte dos inquiridos, o menor entusiasmo prender-se-á com o facto de alguns estudantes considerarem que a ênfase nesta natureza passiva da protecção social pode criar alguma falta de iniciativa e empenho individual no mercado de trabalho, bem como uma elevada dependência face às prestações sociais.

Quanto à proposta liberal de colocar a tónica exclusivamente na criação de empregos (ainda que grande parte dos trabalhadores não consiga aceder a trabalho qualificado e tenha de se sujeitar a escassos níveis de protecção e salários baixos), constata-se uma rejeição maioritária. Desta feita, 65,6% dos estudantes revelam “discordar” ou “discordar totalmente” desta opção.

A última dimensão abordada com o intuito de compreender as representações dos estudantes universitários face ao papel do Estado volta a ser direccionada ao caso específico dos estudantes do ensino superior e designou-se Abrangência dos Mecanismos de Apoio à Transição de Recém-Licenciados para a Vida Activa. De forma muito geral tenta-se perceber se cinco determinados mecanismos de apoio à transição devem ser proporcionados pelo Estado a todos os recém-licenciados (o que remete para o modelo social-democrata), apenas àqueles que têm dificuldades económicas (continental) ou a nenhum porque esse papel não cabe ao Estado (liberal).

Relativamente à atribuição de um rendimento mínimo aos diplomados enquanto não obtiverem emprego, a opção (continental) de este ser atribuído apenas a recém-licenciados com sérias dificuldades económicas é a mais referida (42,7%), aparecendo em segundo lugar a opção (liberal) de não o atribuir a nenhum recém-licenciado (36,7%), o que traduz provavelmente o receio de que a atribuição de um rendimento mínimo possa levar muitos jovens a um certo imobilismo.

No que alude à oferta de formação profissional ou ensino pós-graduado, as opiniões dividem-se quase unanimemente entre as opções social-democrata e continental (43,6% e 43,1%, respectivamente).

Em contrapartida, a oferta de estágios remunerados deve abranger, segundo a maioria dos universitários, todos os jovens recém-licenciados. Verificou-se que 54,6% da população assinalou esta opção. Mas muito interessante é constatar que a oferta de apoios à criação do próprio emprego é uma proposta que agrada a uma maioria ainda mais alargada de estudantes

(72,9%), que entendem que o Estado deve apoiar qualquer jovem que pretenda esta alternativa. Esta proposta, que se enquadra na tendência liberal quanto ao conteúdo, reveste-se de um espírito indubitavelmente social-democrata quanto ao grau de abrangência que os estudantes julgam dever possuir.

Por fim, utiliza-se um indicador que visa compreender as situações em que o Estado deve dar incentivos às empresas que contratem jovens recém-licenciados. E uma vez mais, 66,5% dos estudantes entendem que os incentivos devem ser atribuídos às empresas que contratem recém-licenciados independentemente da sua condição económica, o que resulta numa outra opção de espírito social-democrata.

A análise dos resultados do inquérito realizada neste ponto permite verificar em que medida a hipótese de existir uma tendência para a população universitária preferir uma concepção social-democrata do Estado se revela ajustada. Pode concluir-se que as representações acerca do papel atribuído ao Estado variam bastante entre os modelos social-democrata e continental, dependendo da dimensão a que nos reportemos. O que é transversal a todas as dimensões analisadas é a fraca adesão dos estudantes a soluções inspiradas no paradigma liberal.

3.3. As representações em função do perfil social e político-ideológico

No modelo teórico colocou-se a hipótese de serem as mulheres quem mais adere ao modelo social-democrata. E a pesquisa levada a cabo confirma a validade deste pressuposto.

No que toca às questões ligadas à Organização Geral do Modelo Social do Estado, verificou-se que, embora o modelo social-democrata tenha recolhido a maioria das preferências entre todo o conjunto da amostra, são as mulheres quem mais adere a esta ideologia (67% contra 60,4% de homens), sendo maior a percentagem de homens a preferir o modelo liberal (5,9%) em comparação com as mulheres (apenas 0,9%). Mas no que se reporta ao domínio do Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, esta evidência torna-se ainda maior. 53,9% das mulheres optam pelo indicador social-democrata (cujo espírito passa por um Estado que proporciona boas oportunidades de integração no mercado de trabalho a todos os jovens), ao passo que apenas 34,7% dos homens o escolhem. Estes preferem inequivocamente o modelo continental (62,4%), considerando que o apoio à integração dos

jovens no mercado laboral deve ser feito em função das necessidades de cada um. Os dados relacionados com o processo de transição para a vida activa são os seguintes:

3) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...

Sexo	A	B	C	Não respondeu	Total
Masculino	34,7%	62,4%	2,0%	1,0%	100,00%
Feminino	53,9%	44,3%	1,7%	0,0%	100,00%
Total	44,9%	52,8%	1,9%	0,5%	100,00%

Legenda:

A – Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam.

B – Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país.

C – Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas.

Estes resultados não serão surpreendentes se tivermos em consideração que em Portugal “... as altas taxas de actividade feminina não decorrem, na maioria dos casos, em contextos de trabalho a tempo parcial” (Torres *et al.*, 2005, p. 181). Efectivamente, as mulheres portuguesas trabalham geralmente a tempo inteiro, quase à semelhança dos seus pares do sexo masculino. Ao mesmo tempo isto não significa que se verifique uma distribuição igualitária das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Bem pelo contrário, vários estudos comprovam que são as mulheres quem assegura a realização da grande maioria das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças e idosos dependentes (apesar das mudanças de atitudes e práticas que se têm vindo a verificar nas gerações mais jovens). Assim, há que ter em conta que “quando as mulheres portuguesas realizam a maioria das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças estão, no fundo, a actualizar disposições que lhes foram inculcadas ou... a responder a expectativas tradicionalistas sobre os desempenhos de papéis na nossa sociedade. Por isso, a mulher que trabalha estará sempre tão preocupada em provar que é uma boa profissional mas – e principalmente – uma excelente mãe, também capaz da gestão doméstica” (Torres *et al.*, 2005, p. 132). Para agravar esta situação, não existe uma taxa suficiente de cobertura em termos de equipamentos de apoio à infância ou à terceira idade. No que toca à guarda de crianças, ainda que a rede tenha sido alargada na segunda metade dos anos 90 “... este tipo de estabelecimentos apresentam frequentemente duas limitações: os horários e as mensalidades” (Guerreiro e Abrantes, 2004, p. 142).

Esta realidade não será certamente alheia aos resultados obtidos nesta pesquisa. A situação de desvantagem comparativa que as mulheres possuem em relação aos homens no que toca à conciliação entre as esferas profissional e familiar permite compreender que sintam maior necessidade que os homens de uma protecção, por exemplo, ao nível de políticas que promovam a conciliação entre a vida familiar e a vida laboral. A criação de uma rede gratuita de creches e infantários é um exemplo de uma política amiga da família, paradigmática dos países de modelo social-democrata. Contudo, no seguimento do que tem vindo a ser referido, é com alguma surpresa que se verifica, na questão 2.2, que a percentagem de mulheres que escolheram, como mecanismo de apoio, a criação de uma rede gratuita de creches e infantários é apenas ligeiramente superior à dos homens (22,6% para 19,8%). Este indicador parece indiciar que as estudantes, pelo menos no que concerne à divisão de tarefas relacionadas com os filhos, perspectivam que o seu papel de género na vida conjugal não virá a ser pautado por significativas assimetrias.

Também se colocou a hipótese de existir uma relação entre a classe social do agregado familiar e as representações dos estudantes. Este pressuposto baseou-se em teorias de Pierre Bourdieu, ou seja, encara-se como plausível que as opiniões dos indivíduos sejam estruturadas pela posição social que ocupam e mediadas pela representação que estes fazem dessa sua posição (Bourdieu, 1979). Posto isso, partiu-se do pressuposto que os estudantes provenientes de agregados familiares de classe social mais favorecida, ou seja, mais dotados de capitais, nomeadamente económicos e sociais, teriam uma propensão maior para se distanciarem do modelo social-democrata, ao passo que os estudantes cuja classe social se caracteriza pela maior escassez de recursos tenderiam a preferi-lo.¹⁵

E é possível constatar que as representações que os universitários possuem face à Organização Geral do Modelo Social do Estado demonstram a preferência de quase todas as classes sociais pelo modelo social-democrata de funcionamento do Estado. De qualquer modo, é possível dizer que é entre os AE que este modelo tem maior popularidade (72,7%), surgindo

¹⁵ As famílias mais privilegiadas em termos económicos e relacionais são, de um modo geral, as pertencentes a duas classes sociais fundamentais: a dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e a dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE). Enquanto a primeira tende a ser especialmente provida de capital económico, a segunda é a que mobiliza um maior volume de recursos socioeducacionais. Já os trabalhadores independentes (TI) e, principalmente, os assalariados executantes (AE) constituem-se como classes menos providas de recursos. Esta classe dos assalariados executantes (AE) não existe na tipologia ACM, embora tenha sido inspirada nela. Para efeitos de análise resolveu-se agregar várias classes (dado o escasso número de casos em algumas delas) nesta única nova categoria, que abrange assalariados da agricultura, indústria e serviços.

os PTE relativamente próximos (67,9%). Os EDL já apresentam valores mais modestos face a este modelo (55,7%). Os estudantes provenientes de famílias de TI são os únicos que, neste domínio, demonstram preferir maioritariamente o modelo continental (53,3%).

4) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal

Classe social	A	B	C	Não respondeu	Total
EDL	55,7%	37,7%	6,6%	0,0%	100,0%
PTE	67,9%	30,9%	1,2%	0,0%	100,0%
TI	46,7%	53,3%	0,0%	0,0%	100,0%
AE	72,7%	21,2%	3,0%	3,0%	100,0%
Total	63,2%	33,2%	3,2%	0,5%	100,0%

Legenda:

A – O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população, bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.

B – A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.

C – O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para esta, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.

Há que realçar no entanto que, no que se reporta ao pagamento de impostos, não há nenhuma classe social em que seja manifestado apoio ao modelo social-democrata. A maioria dos estudantes escolhe um dos outros dois modelos propostos (essencialmente, o modelo continental), o que demonstra não estarem na disposição de financiar as despesas com a protecção social na mesma proporção relativamente àquilo que na questão anterior afirmaram esperar dela: elevada qualidade e universalidade. O certo é que este modelo social-democrata dificilmente é exequível se assentar em níveis de tributação baixos, dado o seu elevado custo.

No que concerne ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, constata-se que as escolhas recaem quase totalmente no modelo continental (o modelo liberal assume aqui valores residuais). O número de pessoas que considera que, neste domínio, o Estado deve realizar investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado laboral (a lógica da social-democracia), ainda que elevada, não é maioritária. O modelo continental apresenta uma adesão superior nas várias classes sociais, à excepção precisamente dos assalariados executantes (AE), onde se verifica um empate técnico (48,5%

de respostas para cada um destes dois modelos). E constata-se que é no seio da classe dos TI que a adesão ao modelo continental volta a apresentar os valores mais elevados (60%), logo secundada pelos EDL (57,4%). Os PTE, uma das classes mais favorecidas no que concerne à posse de recursos, até se aproximam mais da distribuição verificada junto dos AE (48,1% aderem ao modelo social-democrata).

Quando colocamos a tónica no Financiamento do Ensino Superior, constatamos que a maioria dos estudantes não adere novamente à opção próxima do modelo social-democrata, tendendo a preferir a opção continental. No entanto, importa chamar a atenção para o facto de ser, uma vez mais, entre os estudantes provenientes da classe social menos dotada de recursos (AE) que se verifica a maior percentagem daqueles que defendem a gratuidade do ensino superior. Mas mesmo no seio desta classe não chegam a ser a maioria (48,5%).

Por último, torna-se interessante referir que, no que toca à Abrangência dos Mecanismos de Apoio à Transição de Licenciados para a Vida Activa, um dos indicadores versava sobre a atribuição de um rendimento mínimo a estes jovens, enquanto não conseguissem obter o seu primeiro emprego. Neste ponto constata-se de novo a fraca adesão ao modelo social-democrata, dado que a preferência tende a aproximar-se mais das lógicas de funcionamento do modelo continental e até liberal. Assim, os estudantes tendem a considerar que o rendimento mínimo deve ser atribuído apenas a recém-licenciados com sérias dificuldades económicas ou a nenhum recém-licenciado. Importa realçar que é entre os estudantes provenientes de famílias de AE que a social-democracia volta a assumir os valores mais elevados, ainda que modestos (24,2%).

Não é possível afirmar, portanto, que os universitários possuam representações muito distintas face ao Estado em função do seu lugar de classe, mas sim que há diferenças. Verifica-se que são os estudantes oriundos de famílias de AE que mais tendem a defender o modelo social-democrata. Assim, pode aludir-se à existência de uma relação entre a classe do agregado familiar e o papel que os estudantes atribuem ao Estado. Embora essa relação seja moderada, é possível discernir a lógica a que se refere José Luís Casanova, quando afirma que “... as opiniões sobre concepções de justiça social associam-se... a sistemas de valores diversos, que não são independentes da origem e posição social...” (Casanova, 2003a, p. 75).

Tinha-se partido do pressuposto que os estudantes do ensino superior privado tendiam para uma maior adesão ao modelo liberal, ao mesmo tempo que se havia perspectivado que a população universitária do ensino público tenderia a afastar-se dele.

No entanto, quando nos confrontamos com os resultados da pesquisa apercebemo-nos que, no que alude à Organização Geral do Modelo Social do Estado, tanto os estudantes de universidades públicas como das privadas aderem maioritariamente ao modelo social-democrata. E o mais curioso é que são os estudantes do privado aqueles que aderem mais enfaticamente a este modelo: 70,8% para apenas 60,8% nas universidades públicas). Isto pode ter a ver com o facto de os estudantes do privado não receberem apoios estatais no seu percurso académico. Essa pode ser uma boa razão para que a percentagem dos que reivindicam um sistema de protecção social de elevada qualidade para toda a população seja mais elevada.

5) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal

Natureza do ensino	A	B	C	Não respondeu	Total
Público	60,8%	35,9%	3,3%	0,0%	100,0%
Privado	70,8%	24,6%	3,1%	1,5%	100,0%
Total	63,8%	32,6%	3,2%	0,5%	100,0%

Legenda:

A – O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população, bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.

B - A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.

C - O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para esta, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.

No que toca ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, são os estudantes do ensino público que mais defendem o modelo social-democrata, ainda que as diferenças em função da natureza do ensino sejam pouco significativas (45,8% no público e 41,5% no privado).

Relativamente ao Financiamento do Ensino Superior, é muito curioso verificar que voltam a ser os estudantes do ensino privado que mais tendem a defender uma solução social-

democrata. De entre os inquiridos pertencentes ao ensino privado, 40% consideram que os estudantes não deveriam ter de pagar propinas pois o financiamento caberia ao Estado. A percentagem dos que têm a mesma opinião no ensino público cai ligeiramente (35,9%). Mais uma vez, o facto de os estudantes do ensino privado terem de suportar a totalidade das despesas com a sua formação pode ser o motivo que os leva a defender que o Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no ensino superior.

O pressuposto segundo o qual os estudantes do ensino privado tenderiam a incorporar mais facilmente o modelo de funcionamento do mercado privado (em função de estarem a viver um importante processo de socialização numa instituição que se enquadra nessa lógica) não se verifica. A hipótese de estes colocarem a intervenção do Estado em segundo plano e privilegiarem acima de tudo a autonomia individual, o que os aproximaria da tendência liberal, está afastada. As preferências pelo modelo liberal são mesmo residuais nos dois tipos de ensino. Em determinados contextos de análise são até estes estudantes do privado que reivindicam um papel mais preponderante por parte do Estado, ou seja, atribuem maior relevância ao desenvolvimento de políticas sociais e do apoio à transição para a vida activa. A este propósito há que aludir ao seguinte: quando olhamos a estrutura socioprofissional da nossa amostra constatamos que a fatia de estudantes provenientes de classes mais desprovidas de recursos económicos (TI e AE) têm, em conjunto, um peso maior no ensino privado (35,9%) do que no ensino público (21,1%). Esta será outra explicação provável para que a reivindicação de maior apoio social por parte do Estado seja ligeiramente superior entre os estudantes do privado.¹⁶

Em último lugar foi colocada a hipótese de existir uma relação entre as atitudes e posições dos estudantes face à política e as suas representações acerca das funções sociais do Estado. Reportando-nos a esta hipótese, cruzou-se o Posicionamento Ideológico com as representações face à Organização Geral do Modelo Social do Estado. Através deste cruzamento foi possível chegar à conclusão algo surpreendente de que, qualquer que seja a posição dos universitários na escala esquerda-direita, o modelo social-democrata é sempre o preferido. No entanto, é notório que à medida que se caminha da esquerda para a direita a adesão a este modelo tende a diminuir. De facto, verifica-se que 79,4% dos indivíduos

¹⁶ No entanto é importante que não fiquemos com a ideia de que esta distribuição de classe dos estudantes por tipo de estabelecimento de ensino verificável na amostra seja aquela que se verifica a nível nacional. A realidade não é essa. Segundo dados do CIES-ISCTE, Eurostudent 2004, constatou-se que, a nível nacional, “a estrutura que caracteriza as origens dos estudantes do privado é muito equivalente à do público universitário...” (Martins, Mauritti e Costa, 2005, p. 36).

conotados com a esquerda optam por este modelo, proporção que cai para os 66,1% entre o centro-esquerda, é de 59,1% no centro-direita e regista o valor mais baixo (51,4%) entre os estudantes de direita.

6) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal

Posicionamento político	A	B	C	Não respondeu	Total
Esquerda	79,4%	17,6%	0,0%	2,9%	100,0%
Centro-esquerda	66,1%	32,3%	1,6%	0,0%	100,0%
Centro-direita	59,1%	36,4%	4,5%	0,0%	100,0%
Direita	51,4%	40,0%	8,6%	0,0%	100,0%
Não respondeu	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	63,8%	32,6%	3,2%	0,5%	100,0%

Legenda:

A – O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população, bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.

B – A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.

C – O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para esta, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.

Face ao pagamento de impostos o modelo preferido é já o continental, sendo esta uma realidade novamente transversal a estudantes de todo o tipo de posicionamento ideológico. Mas uma vez mais se assiste à tendência para ser entre aqueles que se posicionam à direita do espectro político que mais se verifica a defesa de um Estado em que o pagamento de impostos com o objectivo de financiar as despesas sociais deva restringir-se ao mínimo indispensável.

No que alude ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa volta a constatar-se a preferência pelo modelo continental, com a excepção dos estudantes de esquerda, que optaram maioritariamente pela via social-democrata (58,8%).

Finalmente, pode aludir-se aos resultados obtidos na dimensão Financiamento do Ensino Superior, para referir que os valores demonstram uma lógica idêntica à da dimensão anterior. Significa isto, uma vez mais, que são os estudantes que se afirmam de esquerda os únicos que têm maioritariamente uma representação social-democrata (novamente 58,8%), postulando um ensino superior tendencialmente gratuito.

Nesta hipótese foi possível verificar como variavam as representações dos estudantes em função de outra dimensão das atitudes políticas: a sua Orientação Partidária. Esperava-se encontrar uma lógica de estruturação de representações idêntica à anterior. E, de facto, verificou-se que, para quase todo o tipo de Orientação Partidária, os estudantes tendem a preferir o modelo social-democrata, quando chamados a pronunciar-se sobre a forma de Organização Geral do Modelo Social do Estado. Esta realidade é aplicável mesmo junto daqueles que se aproximam do PSD, um partido de centro-direita e aquele que em Portugal defende as propostas políticas que mais tendem a aproximar-se do modelo liberal. A maioria dos seus simpatizantes (52,3%) é adepta de um modelo assente no espírito social-democrata. Mas esta preferência é ainda mais visível entre os estudantes próximos do Bloco de Esquerda, CDU e MRPP. Entre os universitários que se identificam com este espaço partidário, 75% defendem que o Estado deve proporcionar sistemas de protecção social de elevada qualidade a todos e garantir um rendimento mínimo a quem dele necessitar. Há, no entanto, uma excepção a esta tendência generalizadamente social-democrata: ela acontece entre os inquiridos cujo partido preferido é o PP (um dos partidos mais à direita do espectro político nacional). Com efeito, 50% destes alunos inclinam-se para um modelo continental e apenas 25% idealizam um Estado com as características da social-democracia.

Passando à análise da dimensão referente ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, apercebemo-nos de que o espírito que preside ao modelo liberal, e que postula que só os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social é que devem receber auxílio neste domínio, é completamente residual. Ao mesmo tempo constata-se que tornam a ser os estudantes incluídos na categoria dos partidos mais à esquerda aqueles que defendem mais veementemente a opção que corresponde ao modelo social-democrata (59,4%). Entre os dois partidos mais ao centro, o espírito continental é o que mais agrada, recolhendo a maioria das respostas tanto no PS (52,1%) como principalmente no PSD (61,4%). A grande surpresa surge entre os simpatizantes do PP. Desta vez, regista-se entre eles uma predisposição para escolher a opção social-democrata que é digna de registo (50%).

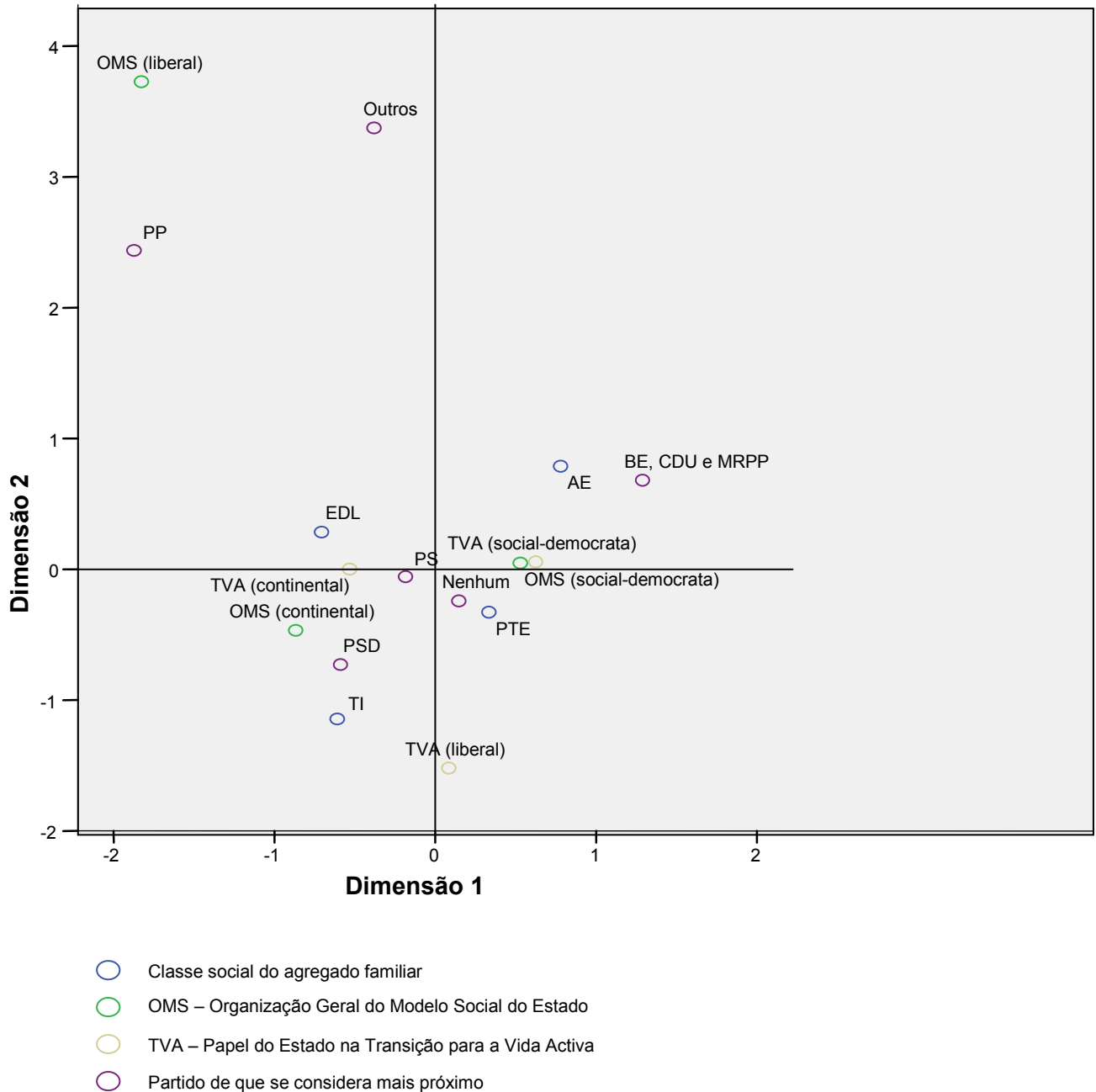
No que toca ao Financiamento do Ensino Superior, conclui-se que a categoria que compreende os partidos mais à esquerda defende predominantemente, à semelhança da dimensão tratada anteriormente, o modelo social-democrata (59,4%). Entre os estudantes de todos os outros partidos há uma identificação clara com o modelo continental, ou seja, os estudantes tendem a considerar que o valor das propinas deve ser proporcional ao seu próprio rendimento e ao rendimento das suas famílias. Curiosamente, é entre os estudantes mais

próximos do PS, um partido de centro-esquerda, que a hipótese social-democrata colhe menores simpatias (apenas 12,5%), verificando-se que o PSD (43,2%) e o PP (35,5%), ainda que minoritariamente, o suplantam largamente nesta preferência.

Em termos gerais, verifica-se então que há uma tendência para a adesão aos modelos continental e liberal crescer à medida que o posicionamento político se desloca da esquerda para a direita. Importa salientar, contudo, que a adesão ao modelo liberal é quase sempre residual. Este fenómeno pode explicar-se pelo facto de não existir em Portugal um partido claramente liberal. É verdade que os partidos de direita (nomeadamente o PSD) tendem a assumir algumas posições que em grande medida se inspiram nesse modelo. Mas na realidade não se pode falar hoje na existência de uma diferenciação ideológica muito elevada entre os partidos políticos que têm alternado no poder executivo: o PS e o PSD. De facto, o PS “... configura-se como um dos partidos da família socialista e social-democrata menos esquerdista...” (Freire, 2006, p. 301). E nenhum deles é um partido assumidamente liberal, tal como o PP também não o é. Este facto, para além de contribuir certamente para a reduzida aposta que os estudantes fazem no modelo liberal, ajudará também a compreender que os distintos posicionamentos ideológicos e preferências partidárias não se consubstanciam em diferenças muito significativas no que toca a representações face ao papel do Estado. Não devemos esquecer que a possibilidade de os indivíduos pensarem a divisão esquerda-direita em função de valores ou políticas públicas depende da oferta política e da clareza das alternativas que são apresentadas (Freire, 2006). Mas outras reflexões podem ser feitas a este propósito. Acima de tudo há que compreender que a competição política é multidimensional e não se resume à intervenção do Estado na economia e na sociedade. Ainda que alguns autores, como Anthony Downs, concebessem a diferenciação entre esquerda e direita como estando essencialmente associada ao máximo e ao mínimo, respectivamente, dessas formas de intervenção (Downs, 1957), este tipo de análise tem vindo a ser fortemente criticado. André Freire chama a atenção para o facto de a política de massas moderna ser também, por exemplo, “... largamente estruturada pelos temas religiosos, pelo menos em determinados países” (Freire, 2006, p. 56). Apesar de muito importante, estaríamos a cair num grave erro se encarássemos a intervenção do Estado na economia e na sociedade como a grande dimensão estruturadora das atitudes face à política e do comportamento eleitoral.

3.4. Configuração do espaço de representações

De forma a explorar relações de interdependência entre algumas das variáveis mais importantes e associações privilegiadas entre categorias de variáveis distintas, realizou-se uma análise de correspondências múltiplas (ACM).



A partir desta análise torna-se possível descrever um certo espaço social e averiguar que configurações são definidas, de modo a perceber como grupos sociais e respostas (práticas, preferências, orientações) se aproximam e se afastam em termos relativos. Optou-se por incluir nesta análise quatro indicadores: a *Organização Geral do Modelo Social do Estado* (neste caso corresponde apenas ao bloco A da questão 1); o *Papel do Estado na Transição para a Vida Activa* (utilizou-se a questão 2.1); a *Proximidade Partidária* e a *Classe Social do Agregado Familiar*.¹⁷

Através da representação gráfica torna-se possível proceder à leitura desse espaço multidimensional, analisando a interdependência entre os indicadores referidos. Neste caso constata-se que não é possível falar da existência clara de grupos homogêneos. No entanto, não é difícil discernir tendências através da identificação das categorias que estão mais próximas.

Através da análise da dimensão 1, constata-se que há uma proximidade inequívoca entre os indicadores do modelo social-democrata nos dois domínios em análise (a Organização do Modelo Social e o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa), acontecendo o mesmo entre os indicadores do modelo continental para esses mesmos domínios. Os dois modelos tendem, por sua vez, a distanciar-se entre si, pelo que se pode aludir a uma relação de oposição entre eles. Isto significa que os estudantes que escolheram o indicador social-democrata no que toca à Organização do Modelo Social também optaram tendencialmente por um indicador social-democrata no que toca àquele que consideravam dever ser o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa. Aconteceu o mesmo no que respeita ao modelo continental.

Após esta primeira conclusão, pode aludir-se ao facto de o modelo social-democrata apresentar uma proximidade relativa à preferência pelos partidos políticos que se situam mais à esquerda (o Bloco de Esquerda, a CDU e o MRPP). No que concerne à classe social são os estudantes que provêm de famílias cuja origem social é mais desfavorecida (de assalariados executantes) ou que se destacam pela posse de elevados níveis de capital escolar e cultural (de profissionais técnicos e de enquadramento) que mais tendem a aderir a este modelo.

¹⁷ Os dois últimos indicadores remetem para atitudes face à política e para a caracterização sociodemográfica dos mesmos. No âmbito destas dimensões, foram testados outros indicadores e posteriormente retirados da análise. A opção por manter apenas os dois indicadores referidos, para além de serem muito importantes para a compreensão de alguns dos principais eixos de análise que este estudo se propôs, resultou também do facto de estes se constituírem como aqueles que mais diferenciam os indivíduos, permitindo discernir mais claramente a existência de aproximações entre categorias.

Por oposição, o modelo continental situa-se num espaço mais próximo daqueles cuja preferência partidária recai sobre o PSD e que provêm de classes como os empresários, dirigentes e profissionais liberais (estes são os que possuem maior volume de capital económico) e trabalhadores independentes. Parece verificar-se que a posse de capital económico e o facto de se trabalhar por conta própria têm alguma influência na adesão a este modelo. Nota-se, entre estes estudantes, uma tendência um pouco maior para privilegiar um modelo de Estado que, ao invés de proporcionar uma protecção social igual para todos, atenda antes às necessidades particulares de grupos e indivíduos, diferenciando-os também conforme o seu perfil, e privilegie os indivíduos que já se integraram no mercado de trabalho. Querirão, de alguma maneira, valorizar o mérito e desigualdades que os processos sociais e económicos se encarregam de gerar e revelam uma tendência maior para rejeitar um Estado cuja propensão seja tratar todos os cidadãos por igual, sem ter atenção às necessidades, perfil e mérito de cada um.

Na dimensão 2, a variável que mais discrimina é o partido em relação ao qual o inquirido sente maior proximidade. Esta dimensão permite retirar mais algumas conclusões interessantes. Constata-se, por exemplo, que a adesão ao modelo liberal (apenas no que concerne à Organização do Modelo Social) partilha um espaço relativamente próximo da preferência pelo PP. Ainda assim, é preciso ter em conta que o número de casos em ambas as categorias é residual. Por outro lado, verifica-se que são os estudantes próximos do PSD e que provêm de famílias de trabalhadores independentes que, quando o domínio em análise é o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, mais se aproximam do modelo continental.

No que toca a preferências partidárias pode ainda dizer-se que tanto o PS como a escolha da opção “nenhum partido” são categorias que se encontram demasiado próximas da origem (o “centro” gráfico deste espaço social), e que por isso correspondem ao que se designa como perfil médio da população inquirida, não se podendo afirmar que estejam significativamente aproximadas de algum dos modelos em especial.

Conclusão

O presente estudo parece apontar para a existência de uma certa divisão entre os estudantes do ensino superior de Lisboa. Essa divisão manifesta-se entre aqueles que, relativamente ao que consideram dever ser o papel do Estado, tomam posições que os aproximam do modelo social-democrata e os que aderem às tendências do modelo continental. Normalmente, verificam-se taxas de adesão muito significativas face a cada um destes dois modelos, recaindo as preferências sobre um ou sobre outro em função dos aspectos concretos sobre que os estudantes são chamados a pronunciar-se. Quanto ao modelo liberal, nota-se uma adesão que, regra geral, é residual. Assim, foi possível perceber que os estudantes manifestam um afastamento em relação a este modelo, tendo-se contudo registado algumas excepções em domínios de análise mais concretos.

A referida tendência de bipartição assume, por vezes, contornos muito interessantes. Constatou-se, por exemplo, que a maioria dos estudantes, no que toca à Organização Geral do Modelo Social do Estado, tem uma postura algo contraditória: quando chamados a pronunciar-se sobre o sistema de protecção social que o Estado deve proporcionar aos cidadãos, demonstram preferência pelo modelo social-democrata, o mais generoso de todos; no que toca ao pagamento de impostos para financiar as despesas com essa protecção, a preferência recai no modelo continental, onde o nível de tributação tende a ser menos elevado. Esta postura reflecte bem o dilema dos modelos sociais-democratas que, apesar de proporcionarem uma protecção social universal e de qualidade muito elevada, implicam também pressões fiscais pesadas, havendo muitos cidadãos que não estão dispostos a pagar os elevados impostos que se tornam indispensáveis para a manutenção destes modelos.

Outra grande conclusão que se pode retirar desta investigação é que os estudantes tendem a considerar que o Estado não deve apoiar os jovens de forma igualitária no que toca ao seu processo de transição para a vida activa, entendendo que esse apoio deve depender das necessidades individuais de cada um. Neste ponto aproximam-se, pois, de um Estado que promova a diferenciação em função das necessidades e das posições profissionais de cada um, o que remete para a realidade dos países do modelo continental.

Para explicar esta clivagem em torno dos dois modelos referidos devem ser tidas em consideração algumas características sociodemográficas dos estudantes. A este propósito deve ser salientado que as mulheres apoiam mais o modelo social-democrata do que os homens,

quer em termos de Organização do Modelo Social quer no que alude ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa. Neste último domínio em particular, as estudantes reclamam, de forma bem mais significativa que os seus pares masculinos, um Estado que trate todos os jovens de forma relativamente semelhante, realizando investimentos para que todos tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho.

No que concerne à classe social do agregado familiar, constata-se que o aumento da adesão ao modelo social-democrata tende a ser mais elevado entre os estudantes que provêm da classe mais desfavorecida na estrutura das classes (assalariados executantes). Contudo, há dimensões importantes (como a Organização Geral do Modelo Social ou o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa) em que o grau de simpatia por este modelo dos que são provenientes de famílias de profissionais técnicos e de enquadramento não fica muito aquém daquele que é manifestado pelos que provêm de famílias de assalariados executantes.

Verificou-se, também, que os estudantes que se afirmam politicamente de esquerda e que simpatizam com o Bloco de Esquerda, CDU e MRPP são os que mais aderem ao modelo social-democrata. Ainda assim, no que toca à Organização Geral do Modelo Social, até os estudantes que se posicionam mais à direita e que simpatizam sobretudo com o PSD tendem a preferir a social-democracia. Em contrapartida, no que toca ao pagamento de impostos, a solução aproximada da realidade do modelo continental constitui-se como a opção privilegiada, mesmo entre os estudantes de esquerda (ainda que sejam novamente estes a defender em maior grau a solução inspirada no modelo social-democrata).

Desta forma, esta investigação parece ter conseguido discernir algumas tendências na forma como esta população entende o papel do Estado e como as representações se organizam em função do perfil social e político-ideológico dos estudantes.

Bibliografia

- ARCANJO, Manuela (2006), *Ideal (and Real) Types of Welfare State*, Lisboa, Working Papers do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa.
- BALSA, Casimiro, *et al.* (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Éditions de Minuit.
- CABRAL, Manuel Villaverde, e José Machado PAIS (orgs.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do Inquérito de 1997*, Oeiras, Celta Editora.
- CABRAL, Manuel Villaverde, Jorge VALA, e André FREIRE (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CAPUCHA, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- CASANOVA, José Luís (2003a), “Critérios de justiça social”, em João Ferreira de Almeida *et al.*, *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora, pp. 75-110.
- CASANOVA, José Luís (2003b), “Futuros da sociedade portuguesa”, em João Ferreira de Almeida *et al.*, *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- COCHRANE, Allan, e John CLARKE (orgs.) (1993), *Comparing Welfare States: Britain in International Context*, Londres, The Open University/Sage Publications.
- DOWNS, Anthony (1957), *An Economy Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper Collins Publishers.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Oxford, Polity Press.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (2000), “Um Estado-Providência para o século XXI”, em Robert Boyer *et al.*, *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, pp. 79-126.
- FERREIRA, Pedro Moura (2006), “A idade conta? Clivagens etárias nos valores e atitudes políticas e sociais dos europeus”, em *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 273-323.
- FERRERA, Maurizio, *et al.* (2000), *O Futuro da Europa Social: Repensar o Trabalho e a Protecção na Nova Economia*, Oeiras, Celta Editora.

- FREIRE, André, e Marina Costa LOBO (2003), “Economia, ideologia e voto: Europa do Sul, 1985-2000”, em *Análise Social*, vol. XXXVIII, n.º 167, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 483-506.
- FREIRE, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GHIGLIONE, Rodolphe, e Benjamin MATALON (2001), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- GUERREIRO, Maria das Dores, e Pedro ABRANTES (2004), *Transições Incertas: Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).
- GUERREIRO, Maria das Dores, e Elsa PEGADO (coords.), Sandra MATEUS, Inês PEREIRA, Pedro ABRANTES, e Maria ABRANCHES (2006), “Os jovens e o mercado de trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas”, Lisboa, DGEEP, Colecção Cogitum n.º 18.
- HALL, Peter A., e David SOSKINE (2001), *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford, Oxford University Press.
- JALALI, Carlos (2003), “A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras”, em *Análise Social*, vol. XXXVIII, n.º 167, Lisboa, ICS, pp. 545-572.
- MACHADO, Fernando Luís, António Firmino da COSTA, Rosário MAURITTI, Susana da Cruz MARTINS, José Luís CASANOVA, e João Ferreira de ALMEIDA (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 66, pp. 45-80.
- MARTINS, Susana da Cruz (2003), “Estado e legitimidade política”, em João Ferreira de Almeida *et al.*, *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- MARTINS, Susana da Cruz, Rosário MAURITTI, e António Firmino da COSTA (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DGES/MCTES (col. Temas e Estudos de Acção Social, n.º 5).
- MAURITTI, Rosário (2003), “Caracterização e origens sociais”, em João Ferreira de Almeida *et al.*, *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- MOSCOVICI, S. (1976), *La Psychanalyse, Son Image et Son Public*, Paris, PUF.

- MOZZICAFREDO, Juan (1994), “O Estado-Providência em transição”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 16, Lisboa, CIES, pp. 11-40.
- MOZZICAFREDDO, Juan (1998), “Estado, modernidade e cidadania”, em António Firmino da Costa e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Portugal: Que Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- MOZZICAFREDDO, Juan (2000), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- PAIS, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”, em *Análise Social*, vol. XXV, n.º 105/106, Lisboa, ICS, pp. 139-165.
- PAIS, José Machado (1991a), “Formas sociais de transição para a vida adulta: os jovens através dos seus quotidianos”, tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- PAIS, José Machado (1991b), “Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida”, em *Análise Social*, vol. XXVI, n.º 114, Lisboa, ICS, pp. 945-987.
- PEREIRINHA, José A. (coord.) (1999), *Exclusão Social em Portugal: Estudo de Situações e Processos e Avaliação de Políticas Sociais*, Lisboa, CISEP.
- PESTANA, Maria Helena, e João Nunes GAGEIRO (2005), *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- SAPIR, André (2006), “Globalisation and the reform of European social models”, em *Journal of Common Market Studies*, vol. 44, n.º 2, pp. 369-390.
- SILVA, Pedro Adão e (2002), “O modelo de *welfare* da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 38, Lisboa, CIES, pp. 25-59.
- TORRES, Anália, et al. (2005), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).
- VALA, Jorge (1986), “Sobre as representações sociais: para uma epistemologia do senso comum”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 4, Porto, Edições Afrontamento, pp. 5-30.
- VALA, Jorge, e Anália TORRES (orgs.) (2006), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VALA, Jorge, Manuel Villaverde CABRAL, e Alice RAMOS (orgs.) (2003), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VASCONCELOS, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, em *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 163, Lisboa, ICS, pp. 507-544.

Anexo – Quadro de operacionalização de conceitos

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
<p>Representações de cariz social-democrata, continental ou liberal</p>	<p>Organização Geral do Modelo Social do Estado</p>	<p>Questão 1A</p> <p>O Estado deve proporcionar sistemas de protecção social de elevada qualidade a toda a população, bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem (social-democrata)</p> <p>A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um (continental)</p> <p>O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para esta, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego (liberal)</p>	<p>Questão 1A: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1</p>
		<p>Questão 1B</p> <p>É importante pagar elevados impostos para financiar as despesas com protecção social, de modo a que estas possam produzir efeitos (social-democrata)</p> <p>É importante pagar impostos para financiar as despesas com a protecção social, mas estes não devem ser demasiado elevados (continental)</p> <p>O pagamento de impostos para financiar as despesas com a protecção social deve reduzir-se ao mínimo indispensável (liberal)</p>	<p>Questão 1B: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1</p>

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
<p>Representações de cariz social-democrata, continental ou liberal</p>	<p>Papel do Estado na Transição para a Vida Activa</p>	<p>Questão 2.1</p> <p>Realizando investimentos para que todos tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho (social-democrata)</p> <p>Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país (continental)</p> <p>Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas (liberal)</p>	<p>Questão 2.1: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1</p>
		<p>Questão 2.2</p> <p>Estimular sobretudo a ligação das universidades às empresas, de modo a melhorar o desempenho das pessoas no mercado de trabalho, a capacidade de resposta às necessidades das empresas e a competitividade da economia (liberal)</p> <p>Absorver, por via do emprego público, parte dos jovens que chegam ao mercado de trabalho, de modo a reduzir o desemprego e criar mais oportunidades, ao mesmo tempo que se qualifica o próprio Estado (social-democrata)</p> <p>Atribuir, quando necessário, um rendimento mínimo aos jovens com mais severas dificuldades económicas, de modo a garantir a todos um patamar aceitável de dignidade social (social-democrata)</p> <p>Reforçar os mecanismos de apoio para jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, de modo a apoiar aqueles que têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho (continental)</p> <p>Criar uma rede gratuita de creches e infantários, de forma a que os cuidados com as crianças não colidam com a vida profissional dos jovens pais e mães (social-democrata)</p> <p>Atribuir bolsas de estudo aos melhores alunos, de forma a estimular o bom desempenho escolar (liberal)</p> <p>Criar uma legislação laboral protectora dos trabalhadores jovens, estimulando a sua rápida transição para modelos contratuais mais seguros (continental)</p> <p>Atribuir estímulos ao empreendedorismo, por parte dos jovens, e à criação do seu próprio emprego (liberal)</p> <p>Criar licenças familiares mais prolongadas e apoios ao trabalho a tempo parcial para estimular que, nas jovens famílias, um dos cônjuges tenha mais tempo para se dedicar a esta esfera (continental)</p>	<p>Questão 2.2: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1</p>

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Representações de cariz social-democrata, continental ou liberal	Financiamento do Ensino Superior	<p style="text-align: center;">Questão 3</p> <p>O Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no ensino superior, de modo a que este seja tendencialmente gratuito e que os estudantes não tenham de pagar propinas (social-democrata)</p> <p>O Estado tem o dever de realizar investimentos no ensino superior, de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e das respectivas famílias (continental)</p> <p>O financiamento do Ensino Superior deve caber, no essencial, aos estudantes e respectivas famílias (liberal)</p>	<p>Questão 3: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1</p>
	Combate ao Desemprego	<p style="text-align: center;">Questão 4</p> <p>Os programas da segurança social devem desenvolver "medidas activas de emprego", ou seja, dar incentivos aos seus beneficiários, de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um posto de trabalho (social-democrata)</p> <p>Acima de tudo, o Estado deve legislar de forma a assegurar que os trabalhadores têm uma forte segurança e protecção no seu emprego, para evitar a perda de postos de trabalho e assegurar a protecção nos casos em que isso acontece (continental)</p> <p>O mais importante é assegurar a criação de empregos, ainda que grande parte dos trabalhadores não consigam aceder a trabalho qualificado e tenham de se contentar com escassos níveis de protecção no trabalho e baixos salários (liberal)</p>	<p>Questão 4: O indivíduo escolhe, para cada uma das frases, a opção com que mais se identifica: concordo totalmente / concordo / discordo / discordo totalmente</p>

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Representações de cariz social-democrata, continental ou liberal	Abrangência dos Mecanismos de Apoio à Transição de Recém-Licenciados para a Vida Activa	Questão 5A Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve garantir um rendimento mínimo...	Questão 5: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1
		Questão 5B Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar a oferta de formação profissional ou ensino pós-graduado no sentido da especialização ou reconversão...	
		Questão 5C Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar estágios remunerados...	
		Questão 5D O Estado deve oferecer apoios à criação do seu próprio emprego...	
		Questão 5E O Estado deve dar incentivos às empresas que contratem...	
Atitudes e práticas face à política	Orientação Partidária	Questão 6.1 Partido de que se considera mais próximo	Questão 6.1: É pedido ao inquirido para responder à seguinte pergunta face aos partidos (BE, PP, CDU, MRPP, PSD, PS, outro, nenhum)
	Práticas Eleitorais	Questão 6.2 Costuma votar?	Questão 6.2: O indivíduo escolhe a opção que considerar mais próxima da realidade: sempre ou quase sempre / às vezes / nunca ou quase nunca
	Posicionamento Ideológico	Questão 6.3 Escala que pretende medir o posicionamento do indivíduo quanto às ideologias de esquerda e de direita (esquerda 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 direita)	Questão 6.3: O indivíduo escolhe o número da escala com o qual se identifica

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Caracterização geral do inquirido	Caracterização Sociodemográfica	Questão 7.1 Profissão do pai? Profissão da mãe?	Questões 7.1: Resposta aberta
		Questão 7.2 Situação na profissão do pai? Situação na profissão da mãe?	Questão 7.2: (trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem)
		Questão 7.3 É trabalhador-estudante? Profissão? Situação na profissão?	Questão 7.3: (Sim/não) / resposta aberta / (trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem)
		Questão 7.4 Estado civil? Profissão do cônjuge? Situação na profissão do cônjuge?	Questão 7.4: Resposta aberta / resposta aberta / (trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem)
		Questão 7.5 Quantas pessoas vivem no seu agregado familiar (incluindo o próprio)?	Questão 7.5: Resposta aberta
		Questão 8 Sexo	Questão 8: Masculino ou feminino
		Questão 9 Idade	Questão 9: Resposta aberta
	Situação no Contexto Universitário	Questão 10 Nível de ensino que frequenta	Questão 10: Licenciatura ou mestrado
		Questão 11 Universidade que frequenta	Questão 11: Resposta aberta
		Questão 12 Curso	Questão 12: Resposta aberta